



■ Presidente p.11

1º de Maio comemorado em Lisboa com a presença de Passos Coelho



■ PSD p.16

O PSD está disponível para “um amplo diálogo político e social”

POVO LIVRE



nº 1781

8 de Maio de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Uma luta sem tréguas para Portugal continuar em liberdade e progresso



O Presidente na celebração dos 39 anos do PSD



Pedro Passos Coelho abre as “Conferências do Estoril”

De dois em dois anos, o Estoril recebe alguns dos oradores mais proeminentes do panorama internacional, promovendo um diálogo internacional entre as nações e regiões, de forma a contribuir para efectivas soluções locais ao nível dos desafios globais.

A 3ª Edição das Conferências do Estoril decorreu de 30 de Abril a 3 de Maio, com várias apresentações e painéis que terão a presença de líderes e pensadores mundiais, entre eles Frederik de Klerk, Herman Van Rompuy, Anthony Giddens e Viktor Orbán, entre muitos outros.

O acesso às conferências do Estoril foi, como sempre, apenas por convite para ouvir personalidades de relevo internacional, entre eles 3 detentores do Prémio Nobel da Paz e um de Economia.

O tema das conferências deste ano foi “Desafios globais, respostas locais e a activista dos direitos humanos, a iraniana Shirin Ebadi, Nobel da Paz de 2003, proferiu a sua conferência no primeiro dia do programa, a 30 de Abril, que ficou também marcado pela estreia de uma cimeira da juventude. Presentes no Estoril estiveram cerca de 500 estudantes nacionais e das universidades parceiras, do Brasil, EUA, Holanda, Dinamarca e Israel.

No segundo dia, o destaque foi para a conferência de Christopher Pissarides, Nobel da Economia em 2010, que falou sobre uma “Agenda de Crescimento e Emprego para a Europa”. Antes, o ex-primeiro-ministro irlandês John Bruton falou de “Crescimento Económico Sustentável”.

No dia 2 de maio, as Conferências do Estoril contaram com a presença do presidente do Conselho da Europa, o belga Herman Van Rompuy. No último dia, o ex-presidente sul-africano Frederik de Klerk, Nobel da Paz de 1991, discutiu “Liderança Política e Globalização” com o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán.

As conferências são organizadas pela Câmara Municipal de Cascais. A última edição, de 2011, custou 850 mil euros (contando com os patrocinadores). Este ano, “faremos mais, melhor e com menos”.

O Primeiro-Ministro na abertura das Conferências:

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, dirigindo-se a uma, para si, invulgar assistência – poucos políticos, mais filósofos, intelectuais e professores – cumprimentou a Mesa e afirmou: «Com muito gosto aceitei o amável convite do sr. Presidente da Câmara de Cascais para estar aqui, na sessão de abertura das Conferências do Estoril. Ao longo dos últimos anos este tem sido um lugar privilegiado para se discutir de forma aberta os desafios e dilemas da globalização. São lugares de discussão como este que revelam um facto fundamental que por vezes, sobretudo em momentos de grandes incertezas e inquietações, tendemos a esquecer: o de que nós, homens e mulheres livres, somos os agentes da História, somos os autores da nossa própria História. É certo que somos condicionados pelas nossas heranças e pelo momento presente, mas o nosso futuro não está pré-determinado. Pelo contrário, o nosso futuro está aberto.

«Isto é algo que dá um valor reforçado às ideias que colocamos a debate. Elas podem mesmo fazer a diferença. Mas é também um convite à responsabilidade que não podemos declinar como participantes sérios e realistas nesse debate. E é ainda um motivo fundamental de esperança no futuro.

«Nos dias que vivemos haverá muita gente que se interroga sobre as possibilidades de Portugal num Mundo cada vez mais globalizado. Alguns estarão descrentes quanto ao que o nosso País poderá contribuir para o património comum da humanidade, e ainda mais quanto aos benefícios que os Portugueses recolherão de uma posição essencial de abertura da nossa sociedade ao Mundo. Ora, eu estou convicto de que Portugal não está rendido a qualquer fatalismo que nos condene a sermos



vítimas da globalização enquanto o resto do globo goza dos seus benefícios. Rejeito a profecia de que as forças dinâmicas que estão a levantar da pobreza e a modernizar vastas regiões do mundo conspiram contra a nossa identidade, e contra a nossa prosperidade. Não tenho dúvidas de que os nossos melhores dias estão ainda para vir se soubermos abrir a nossa sociedade ao mundo e se soubermos rejeitar a tentação de fechamento, essa sim, uma receita para o empobrecimento e para a debilitação das nossas liberdades.

«Hoje, a necessidade de internacionalizar a nossa economia, aumentar as exportações e atrair mais investimento estrangeiro é objecto de um grande consenso nacional. No entanto, há muito que insisto que a abertura da economia ao exterior não é independente de um processo de igual abertura dos outros sectores da sociedade. Nos últimos tempos muitas das nossas instituições têm respondido com grande dinamismo ao desafio da abertura e estão a olhar para o mundo global como um espaço de oportunidades e de aprendizagem. Além das nossas empresas, também as nossas universidades, por exemplo, estão hoje mais abertas ao exterior do que estavam até há poucos anos. Mas temos de ir mais longe neste processo e mobilizar toda a sociedade para este grande propósito comum.

«Um País genuinamente aberto ao Mundo e fiel à sua identidade deseja participar na compreensão e resolução das grandes questões do nosso tempo»

«Um País genuinamente aberto ao Mundo e fiel à sua identidade, deseja participar na compreensão e resolução das grandes questões do nosso tempo. Deseja contribuir com respostas aos problemas e desafios que dizem respeito a todos os homens e mulheres. E Portugal, como Nação e como cultura, se sentir confiança nas suas possibilidades, se arredar velhos receios, pode dar esses contributos consistentemente dentro e fora das nossas fronteiras políticas.

«Este é um grande desafio que a sociedade portuguesa irá enfrentar nos próximos anos: como afirmar uma cidadania activa que responda ao apelo de uma cultura cosmopolita e disponível para aprender com o resto do mundo, ao mesmo tempo que honra a sua história e a sua identidade. Não podemos aceitar que nos seja reservado o papel de espectadores passivos de um debate fundamental que os povos do mundo travam entre si.

«Temos aqui um exemplo de como o consenso nacional em torno da internacionalização da economia

deve ser estendido à cidadania aberta ao mundo com uma consciência identitária forte. Não é um consenso vazio, portanto. É um consenso para a acção, que deve sustentar a constância e a persistência na execução de políticas públicas concretas. O consenso político de que precisamos para responder aos desafios do futuro tem de ser expressado por políticas concretas, credíveis e mensuráveis, para não se converter na designação vazia de um conjunto de intenções vagas e frequentemente contraditórias.

«Além disso, também não se deve confundir o consenso em torno da estabilização de estruturas básicas do nosso sistema político e económico com o esvaziamento das alternativas que um regime representativo deve continuamente gerar. Qualquer democracia está unida quanto às regras básicas de funcionamento do sistema político para que possam surgir diferentes projectos políticos alternativos. Do mesmo modo, os agentes políticos devem trabalhar para consensualizar aquelas estruturas básicas que constituem o chão firme em que se edifica um espaço de debate plural e divergente de ideias.

«Por exemplo, umas finanças públicas sustentáveis constituem uma parte fulcral dessa estrutura básica. Quando as finanças públicas deixam de ser sustentáveis, é precisamente esse espaço de pluralidade e de debate entre alternativas razoáveis que se vê oprimido pela força da necessidade, isto é, pela força de um ajustamento que se faz abruptamente. É por isso que sempre defendi que a regra de ouro do equilíbrio orçamental estrutural ao longo do ciclo económico, e que nós no seguimento da ratificação do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação, transpusemos para a Lei de Enquadramento Orçamental, não é uma regra de esquerda, nem de direita. É uma regra básica que garante as condições para que a esquerda, a direita e o centro possam ter projectos políticos diferentes razoáveis sem que o espaço público se desmorone devido a um colapso financeiro do País. Mais do que isso, reforça a razoabilidade e credibilidade desses projectos políticos, porque todos os projectos políticos, sejam de esquerda ou de direita, precisam que as contas públicas batam certo no médio prazo.

«Minhas senhoras e meus senhores, todas as sociedades precisam de objectivos de médio e longo prazo que, por definição, estão além das maiorias políticas que em democracia são sempre temporárias. A estabilidade e o investimento social de longo alcance recomendam essa abordagem. Isso é ainda mais verdade para nós, em Portugal, que nos aproximamos do final do Programa de Assistência Económica e Financeira. O período do pós-troika exigirá disciplina, racionalidade e visão de longo prazo na nossa política. «Teremos muito pouco espaço para errar. Nos próximos anos não podemos continuar a desperdiçar a nossa energia a tentar contornar os obstáculos ao nosso crescimento e ao nosso desenvolvimento. Teremos de mobilizar as nossas energias para remover definitivamente esses obstáculos e seguir livremente o nosso caminho. Será uma nova fase da nossa história democrática em que a preparação do nosso futuro terá de ser a prioridade em todos os instantes, porque um segundo deslize, uma segunda crise financeira como a que tivemos em 2010-2011, teria consequências irreversíveis.

«Este novo período da nossa história coincide também com uma nova fase na história da construção europeia. Se olharmos para trás para a história das comunidades europeias desde o Tratado de Roma de 1957, percebemos que houve uma aceleração do processo de unificação económica, monetária e política do nosso continente. Identificamos com facilidade as grandes etapas dessa aceleração: o Acto Único Europeu, o estabelecimento do Mercado Único, a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, o euro, os sucessivos alargamentos. E mais recentemente as reformas que foram iniciadas no auge da crise financeira do euro e que apontam para uma arquitectura institucional substancialmente reforçada da União.

«Quando olhamos para os últimos 40 anos apercebemo-nos do salto enorme dado pelo projecto europeu, a que não foi alheia a aceleração em curso do próprio processo de globalização. Em grande medida, as reformas actualmente em curso são uma resposta às lacunas deixadas pelo passado, aos erros que foram cometidos e à incompletude da arquitectura institucional da área do euro e da União Europeia como um todo. Mas vale a



pena acrescentar que foram também respostas à dinâmica da globalização.

«Não devemos desvalorizar as iniciativas para o aprofundamento da coordenação e governação económica na Europa. São passos indispensáveis para uma estrutura institucional mais robusta, mais coerente e com maior partilha de riscos do que foi previsto em Maastricht.

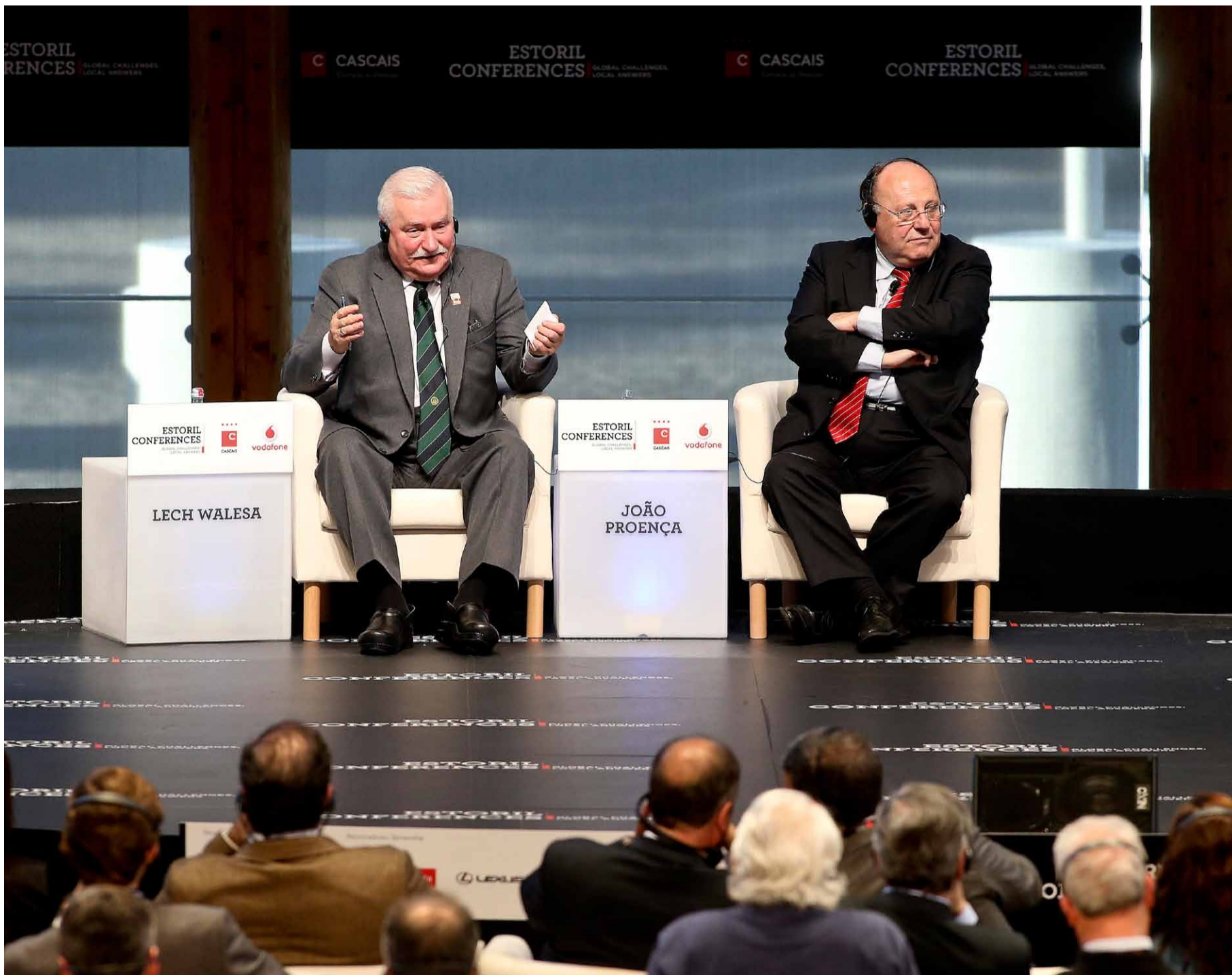
«O Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação, que Portugal foi o primeiro Estado-membro a ratificar;

«Os pacotes legislativos de prevenção dos desequilíbrios e de coordenação económica; a constituição de estruturas financeiras de apoio aos Estados e aos sistemas financeiros; e agora a preparação de uma verdadeira União financeira, que é o corolário e uma exigência do Mercado Único assente na não-discriminação geográfica dos cidadãos e das empresas, e que, portanto, dá corpo à

ideia de oportunidades comuns para todos os Europeus.

«Todas estas mudanças são instrumentos essenciais para um futuro mais estável e próspero de toda a área do Euro, em particular dos países mais vulneráveis. Mas a Europa não tem tempo a perder na implementação efectiva destes instrumentos. Quanto mais tempo perdermos, mais riscos corremos, riscos que poderemos lamentar amargamente no futuro. Como já por várias vezes adverti, é preciso encurtar consideravelmente o tempo que tem decorrido entre as decisões europeias e a sua respectiva implementação. A aceleração do tempo económico e social que temos assistido não se compadece com hesitações nem com atrasos desnecessários.

«Poderíamos ambicionar um processo de reforma europeia mais perfeito e mais consequente, mas a história da integração europeia demonstra muito bem que este projecto nunca está verdadeiramente concluído,



que a procura das melhores soluções é um esforço crítico permanente.

«Uma coisa é certa. Se a Europa se deixar vencer pelos desequilíbrios económicos e pelo endividamento, ela será vencida e subalternizada no concerto dos povos do mundo.

«Mas nós sabemos que a Europa não é uniformemente atravessada por desequilíbrios, assim como sabemos que nem toda a Europa está igualmente vergada ao fardo da dívida. O apoio dos que gozam hoje de uma posição mais forte aos que estão numa posição mais vulnerável, mas que procedem a reformas para recuperar o seu futuro, é, portanto, imprescindível para o sucesso de toda a União.

«Tudo isto reforça a importância das nossas escolhas, em Portugal e na Europa. E Portugal ocupa uma posição privilegiada para informar as escolhas europeias. Com a credibilidade que adquirimos junto dos nossos pares nos últimos dois anos, com o nosso compromisso com as regras europeias, com a experiência amarga do choque económico que sofremos em 2010-2011, a Europa olha hoje para nós como o País que pode fazer a ponte sobre o inegável fosso que se abriu entre Norte e Sul. Existe aqui um espaço para uma liderança sólida de Portugal no concerto europeu. Tivemos essa demonstração nas negociações para o novo Quadro Financeiro Plurianual, quando em conjunto com o Governo polaco demos um novo impulso ao chamado “grupo dos Amigos da Coesão” nas conversações muito exigentes que tiveram lugar.

«Mas a liderança portuguesa no debate europeu pode ir mais longe. Nós podemos ser mediadores do diálogo do resto do mundo com a Europa. Temos a nossa experiência histórica acumulada de diálogo entre religiões, de diálogo entre civilizações, temos uma sociedade tolerante, europeia e atlântica, falamos uma língua partilhada

nos quatro cantos do mundo – numa palavra, ocupamos a posição privilegiada de poder mostrar ao Mundo o que pode aprender com a Europa e de mostrar à Europa o que pode aprender com o resto do mundo.

«Minhas senhoras e meus senhores, países como Portugal encontram-se na linha da frente desta trama histórica que vivemos. É por isso que temos os olhos da Europa postos em nós. Aqui muito se decide sobre o futuro da Europa e sobre a sua coesão. Da conclusão sólida dos processos de ajustamento em países como Portugal sairá, não tenho dúvidas, uma Europa mais solidária e mais coesa. Mas se porventura fracassarmos, então o projecto europeu sofrerá um revés de consequências imprevisíveis. Não é, porém, difícil de prever que teremos, nesse caso, uma Europa mais dividida, mais desconfiada, mais receosa e menos solidária. Arriscaríamos até o reaparecimento de velhos fantasmas absolutamente incompatíveis com os ideais do projecto europeu. Aqui, em Portugal, joga-se muito das lições e ilações que se retirarão da construção europeia e do processo de globalização.

«A credibilidade que já alcançámos com o esforço de todos os Portugueses coloca-nos numa posição privilegiada para mediar e conciliar as diferentes visões para a Europa que são propostas. A tarefa europeia de Portugal consiste em conciliar o respeito escrupuloso das regras gerais e dos Tratados com uma maior flexibilidade para a promoção do crescimento, da (re)industrialização e do emprego. Podemos operar esta conciliação porque, dentro de limites razoáveis, estas são duas faces da mesma moeda. São uma concretização do princípio geral que tenho defendido: o da unidade de todos conjugada com a responsabilidade de todos e de cada um.

É por isso muito redutor limitar o dilema actual à austeridade ou à ausência de austeridade. Para países

como Portugal a escolha a fazer é entre o cumprimento dos nossos compromissos ou o seu incumprimento. Todas as considerações devem partir deste ponto, incluindo as consequências de uma ou outra opção. E ninguém deve ter ilusões de que, para Portugal, as consequências de um incumprimento seriam bem mais pesadas.

«Além disso, o cumprimento das regras e dos compromissos é a base de confiança entre os Estados-membros. E só essa confiança pode gerar o apoio para uma maior flexibilidade ao serviço do crescimento e do emprego. O programa das OMT anunciado no ano passado pelo Banco Central Europeu é um exemplo muito ilustrativo de como a confiança entre os Estados-membros, assente na responsabilidade de todos e de cada um, é o ponto de partida para soluções amplas e proactivas. E é essa mesma confiança que cimentará as mudanças de política económica europeia no futuro. Quando fecharmos o Programa de Assistência, o contributo que Portugal dará para esta conversa contínua, e para o restabelecimento da confiança mútua entre os países europeus, terá repercussões positivas para nós e para a Europa que se estenderão muito além do momento presente.

«Podemos ter, portanto, uma relevância internacional muito maior do que a dimensão da nossa economia ou da nossa demografia permitiria antecipar. Mas para isso teremos de ultrapassar uma certa timidez que durante os últimos anos nos dominou. O actual momento de crise deve marcar o início de um tempo em que passamos a ser uma voz participativa e cooperativa nos grandes debates globais. Um tempo em que o nosso País, a nossa cultura, a nossa economia, a nossa ciência, a nossa diplomacia, a nossa sociedade civil, passarão a estar mais presentes na vida da comunidade europeia e internacional. Será o tempo das nossas escolhas livres. Muito obrigado.»- Fonte: Gab. PM e CMC

39 anos do PSD

Uma luta sem tréguas para Portugal continuar em liberdade e progresso



Nesta semana em que se comemoram os 39 anos do PSD, é curial reavivar memórias dos mais velhos e levar ao pensamento dos mais novos, as raízes do Partido Social Democrata, que revelam a sua identidade muito peculiar: criado, no início da década de 1970, para se adaptar à realidade portuguesa, foram lançadas por Francisco Sá Carneiro, que foi Primeiro-Ministro de Portugal durante cerca de onze meses, no ano de 1980, advogado de profissão, licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O grupo inicial de Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, tinha nascido com a “Ala Liberal” da Assembleia Nacional, que no tempo de Marcelo Caetano juntou jovens deputados, abertamente críticos do regime de então. O grupo manteve-se coeso através dos últimos anos da chamada Primavera Marcelista e saiu da cena parlamentar, por manifesta incompatibilidade com o regime.

Imediatamente após o golpe militar de 25 de Abril de 1974, os três fundadores – que sempre lamentaram a falta da inteligência rara e da coragem política do antigo colega Pinto Leite, que tinha morrido num acidente de helicóptero na Guiné, anos antes – decidiram a criação de um Partido, de cariz social-democrata e contaram desde o princípio com a colaboração de um valioso grupo de jovens professores e assistentes das Faculdades de Direito. De Coimbra vieram Mota Pinto, Barbosa de Melo, Figueiredo Dias, Costa Andrade e Xavier de Bastos; entre os lisboetas, contaram-se Sousa Franco, Rui Machete, Sérvulo Correia, Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa. Na maioria eram docentes de direito político, mas não faltaram penalistas, todos irmanados na defesa do rigor do Estado de Direito.

Ao fundar o PPD, em 6 de maio de 1974, Francisco Sá Carneiro retomava um seu património sistemático, tendo por referencial ideológico o “centro político” social-democrata. Jovem advogado, com 35 anos em 1969, filho do espírito liberal do Porto, militante da Acção Católica, afirmou-se sob a ditadura como o mais coerente dos combatentes pelo Estado de Direito. As suas cartas pessoais a Marcello Caetano, traduziam uma inquietação genuína e alheia a estigmas auto-promocionais e carreiristas. Em maio de 1969, por exemplo, indignava-se com o exílio do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes “Mas o Senhor D. António, bispo da diocese e da cidade que Vossa Excelência vai, pela primeira vez (como Presidente do Conselho), visitar, continua na fronteira, que há quase dez anos não pode atravessar nem mesmo para o enterro da própria mãe.” O Bispo, depois amnistiado, endossara a Salazar, em 1958, uma destemida missiva de denúncia. Já desterrado, participara, a convite do Papa João XXIII, na organização do Concílio Vaticano II (1962), e residia em Espanha. À partida, os deputados “liberais”, saídos das eleições de 1969, eram franco-atiradores da heterodoxia, sem solução política para as guerras de África, difusamente crédulos na evolução sem ruptura. Nenhum programa os unia, mas forjaram ansiedades. Chamaram-lhes “liberais” por contraponto aos outros, os da antiga e melancólica continuidade. Foram, em larga medida, uma projecção iconográfica da imprensa e do pânico situacionista. Em princípio forma algo úteis a Caetano por traduzirem, além da cosmética, a flexibilização da “Primavera política”.

Mas Sá Carneiro, antigo aluno de Caetano, que respeitava, foi politicamente unívoco. Ao integrar as listas da União Nacional, a convite do renovador Melo e Castro,

declarou “total independência em relação ao Governo de Marcello Caetano”. Melo e Castro não comunicou ao sucessor de Salazar a condição prévia, inédita nos anais do regime. Daí que, em maio de 1971, ao comentá-la, Caetano declarasse a Sá Carneiro que a considerava inaceitável, por implicar a ausência de espírito de disciplina; e que não o teria aceite nas listas se a conhecesse. O deputado lamentou o equívoco e desafiou “O meu lugar está inteiramente ao dispor”. Caetano contemporizou.

Depois da morte prematura de José Pedro Pinto Leite, pivot dos “liberais” e arauto de uma política que designou de “centro reformista”, inspiradora das medidas mais avançadas de Caetano, Sá Carneiro reclamou o seu legado. E foi em nome do “centro reformista”, pouco estruturante, que se afirmou como o mais directo e sincero político, surgido após o eclipse de Salazar. O seu discurso espelhou aspirações crescentes das classes médias, a necessária descompressão do autoritarismo, o crescimento económico, a Europa democrática como padrão. Nas intervenções parlamentares, Sá Carneiro privilegiou a defesa das liberdades públicas e do primado do Direito e bateu-se pela “democracia de tipo europeu e ocidental”.

Fora da Assembleia, defendeu presos políticos, incluindo comunistas, como José Pedro Soares, que visitou em Caxias. E em 1972, em entrevista ao República, feita por Jaime Gama, declarou-se “social-democrata”. O que era, à época, uma escandalosa heresia. A Assembleia Nacional, espaço ritual de liturgias, tornou-se palco de uma impressionante batalha. Logo em 1969 um ariete da ultradireita, Francisco Casal-Ribeiro, alertava Caetano para a acção de Sá Carneiro e dos seus colegas “Há líderes, mas com aspecto de “clandestinidade” e acolitados por

uma espécie de sublíderes, cuja actividade, dentro e fora da Assembleia Nacional, é preocupante e cuja acção pode, de um momento para o outro, tornar-se explosiva e, porque não dizê-lo, subversiva". A animosidade dos seus debates, com ecos na opinião pública, apesar da censura, obrigou Caetano a nomear (Outubro de 1970) um vigilante líder da maioria alinhada.

O "centro político", que teria expressões avulsas como a SEDES, era periférico num país bipolar e maniqueísta. Entre a direita instalada e a esquerda marxista, clandestina ou tolerada, o Estado Novo deixara a terra de ninguém. Os liberais foram assim remetidos para a periferia, risível para um discípulo de Caetano, André Gonçalves Pereira, que em 1971 lhe assegurava "Quanto aos liberais, coitados, o seu principal defeito é não terem força nenhuma, para além de natural e legitimamente quererem fazer propaganda pessoal". Caetano passou a queixar-se dos "liberais" (ou "cavalos de Troia", labéu da imprensa hostil, que era quase toda) como de tráfugas ingratos que escaparam ao promotor. Mas Sá Carneiro identificara-se, erguera a sua bandeira desde a primeira hora, e por isso fez do que se pretendia ser o seu isolamento, uma força multiplicável. De tal modo que, em maio de 1971, um Caetano endurecido, de facto refém das Forças Armadas e da sacra missão imperial, advertia Sá Carneiro "Olhe que depois veio a República e a Constituição de 1911. As liberdades foram enunciadas em termos mais amplos. E foi o que se viu: desordem política, confusão social, caos financeiro, miséria económica e, finalmente, um país arruinado que, sem luta, procura na autoridade remédio para os seus males. É bem verdade que a História não ensina os homens." O desacerto entre o ímpeto renovador dos "liberais" e o gradualismo de Caetano terminou por um irreparável divórcio no Verão de 1971, durante os trabalhos da revisão da Constituição.

O desígnio democrático transmutara-se em vertigem cívica e Sá Carneiro liderou catorze deputados, subscritores do projecto-lei a defender a eleição do Presidente da República por sufrágio universal. (A eleição directa fora extinta em 1959, após a campanha de Humberto Delgado.) Incrédulo, já com o sentido fatal do cerco que o levaria a pedir por duas vezes a demissão, Caetano criticou Mota Amaral "Admira-me mesmo que pessoas que dizem apoiar o Chefe do Governo procurem, no presente momento histórico, tão cheio de incertezas e de ameaças, em que o mundo enfrenta uma vaga de anarquia, desarmar o Poder, ou forçá-lo". Como a maioria recusasse discutir o projecto na especialidade, Sá Carneiro



ro e seis outros "liberais" protestaram ruidosamente e saíram do hemiciclo em plena sessão - foi o abandono simbólico da barca caetanista.

A dimensão social da cruzada no hemiciclo tornara-se irreversível e em 1972, quando a reeleição de Américo Tomás trouxe o sol-posto da abertura, Sá Carneiro sondou Spínola para se candidatar. O governador da Guiné, já em rodagem para a ruptura, ainda mandou avaliar "Quem eram os liberais, e quantos? Uns gatos-pingados, pensei eu" - escreveu na altura. No nascimento do ano de 1972, os "gatos-pingados" deixaram de ser assimiláveis e alimentaram a hipótese de uma "terceira via", entre o autoritarismo e o socialismo. Mas não adquiriram coesão grupal e agiram ao sabor do improvisado individualista.

Sá Carneiro demitiu-se em 24 de Janeiro do ano seguinte, alegando falta de condições para o exercício das funções de deputado. Sintetizou mais de três anos de iniciativas em São Bento "A única vez que a maioria me deu razão foi quando aceitou a minha renúncia". Mas dedicou-se à escrita, como colunista às vezes censurado do «Expresso», que tinha sido criado em Janeiro de 1973,

por Francisco Balsemão. O "Congresso dos Liberais" (Julho de 1973), onde a "terceira via" se poderia ter vertebrado, foi uma decepção. Contudo, apesar desse débil gregarismo, os reformistas haviam convertido a sua luta num drama nacional. E suscitavam, em maio de 1973, a repreensão pública de Caetano, que argumentava com a História do 1º 1/3 do século passado: "Eu por mim, sempre me tive na conta de um liberal, mas não pertencço ao número desses inocentes e não se pode esperar que alinhe na convivência. Penso no exemplo de Kerensky na Rússia, que todavia ainda dispunha de tantas lições de história contemporânea. Ou no de Eduardo Benés, na Checoslováquia." Daí que, entre as confluentes legitimidades do 25 de Abril, a cruzada de Sá Carneiro pela democracia de tipo ocidental se destaque como um património sistemático e nunca despiendo.

A semente do PSD foi plantada na Ala Liberal

O Partido tem, portanto, em parte, a sua génese na Ala Liberal da Assembleia Nacional, composta por uma geração de políticos adeptos de uma forte liberalização do regime do Estado Novo. Coube a personalidades que pontificaram na Ala Liberal do antes do 25 de Abril, como Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Mota Amaral, Joaquim Magalhães Mota, Miller Guerra, entre outros, expôs as fragilidades do regime, influenciando algumas decisões e rompendo com os cânones de uma linha mais dura e pouco flexível que aos pouco foi acabando por ceder.

Um total de 30 deputados formaram a "ala liberal" da futura Assembleia sendo Sá Carneiro o mais activo elemento do grupo (Ver nota no final, sff): é neste ambiente em parte, o Partido tem a sua génese. Exemplos concretos das acções dos chamados "liberais" como fundamentais na transição da ditadura para Democracia Liberal, contam-se, entre outras, medidas apresentadas quando do projecto de revisão constitucional em 1970. Dele já constavam a abolição da censura e a proclamação da liberdade de Imprensa; a eliminação dos entraves administrativos à liberdade de associação; a extinção dos tribunais plenários, onde se fazia a paródia de julgamento dos presos políticos; a proibição das medidas de segurança sem termo certo, que, aplicada aos mesmos presos políticos, acabavam por se assemelhar à prisão perpétua; a limitação da prisão preventiva sem culpa formada a um prazo máximo de setenta e duas horas; a inclusão do direito ao trabalho e do direito à emigração





na lista dos direitos fundamentais; o reforço dos poderes da Assembleia Nacional e a modernização dos seus métodos de trabalho; a restauração do sufrágio universal para a eleição do Presidente da República; a proibição do veto presidencial às leis de revisão constitucional.

Entre 1970 e 1971, o número de detenções por motivos políticos voltou a aumentar, os ecos da violência e da ilegalidade dos métodos usados na instrução dos processos foram denunciados por apoiantes dos presos e chegaram à Assembleia Nacional pela voz de Sá Carneiro e de outros deputados "liberais". O recuo no terreno das liberdades expressava uma clara travagem a nível político-institucional naquilo que a chamada Primavera Marcelista continha de promessa de renovação contínua do regime.

Contra isto se insurgiram os deputados da Ala Liberal, que apresentaram várias iniciativas legislativas ao longo do ano de 1972.

Após sucessivas desilusões, os deputados da Ala Liberal foram abandonando a Assembleia. Sá Carneiro foi o primeiro, em 1973, com a famosa expressão "É o fim!", seguindo-se-lhe vários outros. Passaram à oposição, nomeadamente através de artigos publicados no jornal Expresso, fundado por Pinto Balsemão em Janeiro de 1973. Os esforços dos "liberais" terão tido o efeito de desacreditar a experiência marcelista junto de largos sectores das classes médias portuguesas.

Foi, no entanto, na cidade do Porto, sua cidade natal, que o Partido Social Democrata teve a sua génese, em parte, no diálogo entre amigos e colegas dos meios republicanos do Porto, como Miguel Veiga, Artur Santos Silva (pai) ou Mário Montalvão Machado. Sá Carneiro professava o republicanismo e a laicidade como as formas de organização estrutural do Estado Português, como refere na célebre entrevista de 1973 concedida a Jaime Gama no Jornal República: "Os conceitos de catolicismo progressista e de democracia cristã são bastante equívocos para mim – e não aceito enquadrar-me em qualquer deles. Entendo que os partidos políticos – que considero absolutamente indispensáveis a uma vida política sã e normal – não carecem de ser confessionais, nem devem sê-lo. Daí que não me mostre nada favorável, nem inclinado, a filiar-me numa democracia cristã. É evidente que a palavra pode não implicar nenhum conceito confessional e nesse sentido apresentar-se apenas como um partido que adopte os valores cristãos. Simplesmente, em política, parece-me que os valores não têm que ter nenhum sentido confessional e, portanto, se amanhã me pudesse enquadrar em qualquer partido, estou convencido de que, dentro dos quadros da Europa Ocidental, comumente aceites, iria mais para um, partido social-democrata." Foi no escritório portuense de Mário Cal Brandão e António Macedo, conhecido como "A Toca", que o Partido Popular Democrático tem, em parte, a sua génese: nestes meios republicanos do Porto de resistência ao Estado Novo, republicanos como Artur Santos Silva (pai), e outros como Mário Montalvão Machado, defendiam a ideia de criar

um partido social-democrata de tipo europeu, o que era discutido e defendido entusiasticamente nos escritórios de Francisco Sá Carneiro e de Mário Montalvão Machado, na Rua da Picaria.

A cidade do Porto foi sempre um baluarte dos social-democratas portugueses, embora a sua identidade política também emergisse em Lisboa, das ideias liberais do Prof. Adelino da Palma Carlos, que teve, no seu Governo (o 1º Governo Provisório, entre os seus ministros, Francisco Sá Carneiro), e sempre teve, entre os seus militantes e dirigentes, outros «republicanos históricos» e social-democratas, que não avalizavam nem caucionavam o marxismo teórico em que, na altura, se enredava o PS. Eram personalidades como Mário Montalvão Machado, Artur Santos Silva (pai), José Augusto Seabra, Artur Andrade, Artur da Cunha Leal, Olívio França ou Nuno Rodrigues dos Santos, E mesmo, de modo temporário, outros «republicanos históricos» mais à Esquerda, como Emídio Guerreiro.

A social-democracia, que servia de ponto de encontro a todos estes heterogéneos percursos, nada tinha a ver com o marxismo e os movimentos operários do século XIX. Resulta, sobretudo, do enorme prestígio europeu do modelo do SPD alemão principalmente com o estilo de Helmut Schmidt.

Francisco Sá Carneiro assume-se como social-democrata

Assim, o PSD de Sá Carneiro, que se assumiu como social-democrata em 1974, invocou a prática do SPD de Helmut Schmidt.

Neste sentido, o PSD assume as especificidades que o caracterizam como um partido personalista, para o qual o início e o fim da política reside na pessoa humana; um Partido de forte pendor nacional; um partido com valores e princípios claros, permeável à criatividade e à imaginação, aberto à inovação e à mudança; um Partido que, sendo social-democrata, a favor de um Estado-Providência forte e seguro para organizar a actividade económica, valoriza também o liberalismo político e a livre iniciativa caracterizadora de uma economia aberta de mercado, própria das sociedades contemporâneas que são globalizadas; um Partido que é dialogante, aberto à pluralidade de opiniões e à sociedade civil, defensor da moderação e da convivência pacífica entre homens de credos e raças diferentes, herdeiro da tradição universalista portuguesa que é estruturalmente avessa a qualquer forma de xenofobia; um partido empenhado na construção europeia, defensor da identidade nacional e dos valores pátrios que deram corpo à Nação Portuguesa, herdeiro de um sentido atlântico e de uma aliança profunda com os povos de expressão lusa; um partido que, apostando na eficácia, valoriza o humanismo, bem como os grandes princípios da justiça, da liberdade e da solidariedade; um Partido não confessional, ou seja, laico; um Partido interclassista, vocacionado para repre-





sentar as diversas categorias da população portuguesa, e apostado na defesa da cooperação entre as classes sociais como a via mais adequada para a obtenção do bem comum e do progresso colectivo; um Partido que aposta no reconhecimento do mérito e na capacidade de afirmação pessoal e social, cada vez mais necessárias numa sociedade onde cresce o espaço para a realização das capacidades individuais, e onde importa distinguir os talentos pessoais.

O PSD afirma-se como um Partido de bases activas e militantes. Os dirigentes locais do PSD afirmam-se na primeira linha do combate político, na defesa dos valores da social-democracia e dos princípios e na defesa dos anseios das populações dos respectivos Concelhos, Distritos e Regiões Autónomas, bem como foi um Partido que se empenhou na Autonomia Administrativa dos Açores e da Madeira. O Partido Social Democrata, desde a sua fundação, sempre se assumiu como o Partido da Autonomia. Assim, foi das estruturas do PSD nos Açores e na Madeira que nasceu a autonomia, num modelo de solidariedade recíproca bem sucedida, potenciou a sua implantação e a sua adequação à realidade insular.

O grande combate de Sá Carneiro, os tempos seguintes à sua morte

Francisco Sá Carneiro durante vários anos combateu com a sua imensa coragem moral e o seu verbo luminoso, a ordem estabelecida após a Revolução dos Cravos, visto que queria, como órgãos de soberania, o Governo e o Parlamento, e não o Conselho da Revolução e a Assembleia do Movimento das Forças Armadas.

Sá Carneiro venceu as legislativas de 1979 em coligação com o CDS de Diogo Freitas do Amaral e o PPM de Gonçalo Ribeiro Telles (a coligação que se chamou, para sempre, a Aliança Democrática), mas o seu governo foi de curta duração: Sá Carneiro foi assassinado num pretense desastre de aviação, faleceu na noite de 4 de Dezembro de 1980, em circunstâncias que nunca foram esclarecidas ao pormenor, quando o avião no qual seguia se despenhou em Camarate, pouco depois da descolagem do aeroporto de Lisboa, quando se dirigia ao Porto, para participar num comício de apoio ao candidato presidencial da coligação, o General António Soares Carneiro.

Juntamente com ele faleceu o Ministro da Defesa, o democrata-cristão Adelino Amaro da Costa, bem como a sua companheira Snu Abecassis, para além de assessores, piloto e co-piloto. Nesse mesmo dia, Sá Carneiro gravava uma mensagem de tempo de antena onde exortava ao voto no candidato apoiado pela AD, ameaçando mesmo demitir-se caso Soares Carneiro perdesse as eleições (o que viria de facto a suceder três dias mais tarde, sendo assim o General António Ramalho Eanes reeleito para o

seu segundo mandato presidencial).

Dada a sua trágica morte, pode-se muito bem especular sobre se teria ou não demitido em função dos acontecimentos subsequentes...

Nos anos seguintes o PSD foi liderado por Francisco Pinto Balsemão (1981-1983), que assumiu o governo umas semanas após a morte de Sá Carneiro, Nuno Rodrigues dos Santos (1983-1984) e Carlos Mota Pinto (1984-1985) (já na oposição).

Em 1985, num histórico congresso realizado na Figueira da Foz, Aníbal Cavaco Silva, que havia sido Ministro das Finanças do Governo de Sá Carneiro, venceu a corrida à liderança do partido, quando inicialmente nem sequer era candidato.

O PSD venceria as eleições legislativas de 1985, sem maioria absoluta. Os projectos do Governo necessitavam de equilíbrio com a terceira força parlamentar, o recém-criado Partido Renovador Democrático, inspirado pela figura política de Ramalho Eanes. Até 1987, o equilíbrio manteve-se, mas uma moção de censura, nesse último ano, fez cair o governo minoritário do PSD.

Convocadas eleições legislativas antecipadas, o PSD torna-se então o primeiro partido político português a atingir a maioria absoluta parlamentar após o 25 de Abril. Cavaco Silva viria a obter nova maioria absoluta nas legislativas de 19 de Julho de 1991 para mais quatro anos. O resto é História recente...

Os símbolos do PSD

Recordemos que o nome inicial do nosso Partido foi PPD: Partido Popular Democrático. O nome de Partido Social Democrata, que os fundadores tinham escolhido à nascença, foi impossível de registar, pois havia sido registado, uns dias antes, um "Partido Social Democrático" fundado pelo Professor Adelino da Palma Carlos, um democrata histórico de grau elevado na Maçonaria, que seria Primeiro-Ministro nomeado por Ramalho Eanes. Logo que esse Partido se dissolveu, o seu nome foi, finalmente e de acordo com os designios dos fundadores, mudado para PSD-Partido Social-Democrata. O partido tem símbolos, cada um com a sua história e o seu significado.

A cor Laranja, foi sugerida e proposta por Conceição Monteiro como sendo uma cor quente, mas não vermelha, ideologicamente conotado com o PCP e o PS. O "Laranja" apareceu nesse ano como a cor da moda internacional, e a Carris tinha acabado de encomendar uma frota de autocarros cor-de-laranja. O símbolo nasceu em Julho, a autoria pertence sobretudo ao "cartoonista" e escritor Augusto Cid, embora haja múltiplos alegados "pais" da ideia. A sua mais completa teorização deve-se a Pedro Roseta. Laranja apareceu desta forma, como sendo uma cor diferente em relação aos partidos que

estavam mais à Esquerda do PSD.

O Partido é orientado por três setas que apontam para o Céu e que representam os valores centrais da Social-Democracia, derivado de um dos símbolos do Partido Social Democrata alemão. Um dos símbolos mais reproduzidos pelos anti-fascistas são as três setas. De origem alemã, portanto, as três setas representam originalmente as três lutas do Partido Social Democrata Alemão (Sozialdemokratische Partei Deutschland), que se recusava a apoiar a monarquia, o nazismo ou o comunismo. O símbolo, criado em 1932, Nascidas espontaneamente na luta dos militantes sociais-democratas contra o nazismo, as setas da social-democracia exprimiam muito bem a aliança entre as organizações dos trabalhadores, reunidas na Frente de Bronze, a grande organização de luta anti-nazi criada pelo Partido Social-Democrata Alemão: o próprio Partido (S.P.D.); os sindicatos; e a organização "Bandeira do Reich" com as organizações desportivas de trabalhadores. As setas simbolizavam, portanto, os três factores do movimento: o poder político e intelectual; a força económica e social; a força física. O seu paralelismo exprimia o pensamento da frente unida: tudo devia ser mobilizado contra o inimigo comum - o nazismo.

O símbolo das sociais-democracias espalhou-se depois largamente: era dinâmico e ofensivo, significava o avanço do Povo para um futuro novo e diferente. Traduzia bem, de acordo com o pensamento de Eduard Bernstein, a importância fundamental do movimento, das conquistas sucessivas e progressivas realizadas por via democrática.

Lembrava aos sociais-democratas as qualidades fundamentais que lhes eram exigidas: a actividade, a disciplina e a união. No símbolo do nosso PSD, às três setas, foram sucessivamente atribuídos outros significados que correspondem, na realidade, às nossas linhas fundamentais de pensamento ideológico. As setas representam os valores fundamentais da Social-Democracia: a liberdade, a igualdade e a solidariedade; mostram que a democracia só existirá verdadeiramente se for simultaneamente política, económica e social. Finalmente, as cores das setas simbolizam movimentos e correntes de pensamento que contribuíram para a síntese ideológica e de acção da Social-Democracia: a negra, recorda os movimentos libertários do século passado, a vermelha, lembrando as lutas das classes trabalhadoras e dos seus movimentos de massa, e a branca, apontando os valores do homem da Europa consubstanciada no Personalismo. Em resumo, o símbolo do PSD expressa bem a vontade irreversível de ascensão, de caminhada para um futuro diferente, para a construção de uma sociedade nova, na Justiça e na Liberdade.

O PSD começou por ser um partido que se situava entre a Esquerda social-democrata e o Centro-Esquerda social-democrata não-marxista, nunca tendo ultrapassado uma posição de Liberalismo Social avançado de Centro-Direita reformista, que lhe deu Aníbal Cavaco Silva²² ²³ e também Sá Carneiro, durante o tempo da Aliança Democrática, num tempo de reactivar a Economia portuguesa, que estava colectivizada.

O facto de ter uma estrutura de Autarcas Social-Democratas e de Trabalhadores Social-Democratas (TSD), típico órgão social-democrata: organização de trabalhadores por conta de outrem, que visa, pela sua actuação no mundo do trabalho, contribuir para a construção de uma sociedade orientada pelos princípios da social-democracia. Difundir e defender o pensamento social-democrata no mundo do trabalho, defender a democracia política, económica, social e cultural inspirada nos valores do Estado de Direito, lutar pela garantia dos Direitos Humanos civis e políticos dos cidadãos, defender a democracia, a liberdade e a independência sindicais são alguns dos objectivos desta organização, e de publicar um jornal, denominado Povo Livre, são mais elementos que o afastam da ideia de ser um partido de Direita.

PSD repudia os modelos políticos que defendem privilégios de classe, que sobrevalorizam a eficácia e a confiança cega no mercado, levando ao triunfo do mais forte e de estruturas hierarquizadas e elitistas da sociedade. Tais modelos introduzem rupturas no tecido social e destroem na prática qualquer possibilidade de uma efectiva igualdade de oportunidades e de uma verdadeira solidariedade social. Também não subscreve posições conservadoras, avessas à mudança cultural,

social e económica, ao enfrentar de novos desafios e à superação de quadros rígidos de afirmação pública, social e administrativa com que as sociedades modernas são confrontadas.

Em modernas ocasiões de crise, o PSD tem sido fundamental na salvação e recuperação financeiras de Portugal, pedindo e conseguindo, muitas vezes, sacrifícios e disciplina na gestão dos dinheiros públicos, para ter assistido, pouco depois, à dilapidação do resultado dos seus esforços e do reequilíbrio conseguido, resultante do regresso ao poder dos responsáveis pelos anteriores desastres, que cavalgaram a onda das promessas de bem-estar material e recuperação de anteriores prebendas e privilégios.

Não se poderia terminar sem afirmar que nesta crise – causada pelos mesmos de sempre – e que está a ser debelada (pelo PSD, como sempre...), já se perfilam com arrogância os mesmos de sempre, que já estão a jogar na curta memória do Povo e nos profundos sacrifícios que nos deixaram por herança, com a bancarrota ao virar da esquina e, até – por doloroso que seja dizê-lo – com o horizonte do “Finis Patriae” do Guerra Junqueiro.

Mas o PSD e o Povo Português – afirmemo-lo nesta semana de aniversário – vencerão mais este desafio, a Pátria recuperará e, desta vez com a criação de instrumentos de sustentabilidade que nos faltavam e nos farão, em Social-Democracia, cruzar mais uma vez o mar revolto dos tempos modernos, embora nestes tempos, como disse Pessoa, “quanto do teu sal, são lágrimas de Portugal!” – [Nota final: Um dos elementos que não queremos deixar esquecido era o Presidente da Câmara de Carmona (Uíge, Angola), Montanha Pinto, que apesar de muitas pressões, tinha o cuidado de enviar as mais agressivas intervenções de Sá Carneiro - cuja publicação no “Diário do Governo” as isentava de cortes na censura angolana - para o Director do jornal da sua terra (depois, com funções superiores no “a província de Angola”, o maior jornal angolano) que as publicava na íntegra, para grande fúria dos censores...] - “Povo Livre”, “Google”, Sá Carneiro, José Hermano Saraiva.

Mais de mil militantes e simpatizantes Almoço de confraternização e celebração do 39.º aniversário no Expocentro da cidade de Pombal

O Partido Social Democrata comemorou este ano os seus 39 anos de existência, sempre a trabalhar para a construção de um Portugal melhor, no Centro Municipal de Exposições (Expocentro), na cidade de Pombal, distrito de Leiria.

Pombal foi o local escolhido para acolher este grande evento do PSD, já que é um bastião social-democrata, em que há mais de vinte anos o PSD não perde quaisquer eleições, autárquicas, legislativas, europeias e presidenciais, sendo o maior concelho social-democrata do distrito de Leiria, onde o partido tem maior votação.

Estas comemorações simbolizam ainda e coincidem com o primeiro ano de mandato da renovada concelhia local do PSD, agora liderada pelo jovem Deputado à Assembleia da República, Pedro Pimpão, que tem imprimido na estrutura um dinamismo ímpar, que há muito não se verificava.

Mais de 1.000 militantes e simpatizantes marcaram presença no almoço de aniversário, que contou também com as presenças de dezenas de autarcas de todo o País, donde se destaca a presença do Presidente da Associação Nacional de Municípios e Presidente da Mesa do Congresso do PSD, Fernando Ruas, de dezenas de candidatos a Presidentes de Câmara provindos de todo o país, bem como de vários membros do governo, tais como os ministros Miguel Macedo e Miguel Poiães Maduro e os Secretários de Estado António Leitão Amaro, Pedro Lomba e Castro Almeida. Também os eurodeputados Carlos Coelho e Maria da Graça Carvalho compareceram. Muitos outros dirigentes nacionais, distritais e locais do partido marcaram presença, como o vice-presidente, coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva e o Secretário-Geral do Partido, Matos Rosa.

Todos aguardaram a chegada do Presidente do Partido e Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho,

que foi recebido num ambiente efusivo e entusiástico, com muitas centenas bandeiras do PSD e de Portugal levantadas pelos presentes, ao som do hino do partido.

As honras da casa foram feitas pelo Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Narciso Mota, que há 20 anos lidera o município. Este foi o primeiro a intervir para destacar o sentido de estado e a dignificação da causa pública de que todos os que exercem cargos políticos nunca devem esquecer ou abdicar, lembrando para isso os princípios que nortearam a fundação do PPD em 1974. Com um discurso muito virado para aquilo que deve ser o exemplo dado pelos actores políticos, não deixou de responsabilizar o PS pelo estado a que conduziu o nosso país, deixando nas mãos do PSD a salvação da pátria. Narciso Mota aproveitou ainda a ocasião para garantir o seu apoio ao candidato do PSD à Câmara Municipal de Pombal, Diogo Mateus.

A segunda intervenção da tarde coube precisamente a Diogo Mateus, que representa uma nova geração de autarcas que nascerá com as próximas eleições autárquicas. Começou por se dirigir a Passos Coelho enaltecendo a coragem que tem tido no exercício da sua governação e referindo que preenche as quatro virtudes que os homens têm identificado para existir: fortaleza, temperança, justiça e prudência.

Considerando que há poucas coisas mais solitárias que a actividade política e que nesse sentido pensa muitas vezes em Pedro Passos Coelho. Entrando na temática dominante das autárquicas não quis deixar de frisar o nome de Narciso Mota, como incontornável no desenvolvimento do concelho de Pombal nos últimos anos. Disse que os próximos anos devem servir para uma aposta séria na agricultura e florestas, na economia, no apoio aos mais necessitados e essencialmente no desenvolvimento das pessoas. Desejou sucesso a todos os candidatos às próximas autárquicas, considerando que “com o exemplo dos candidatos sabemos ganhar a confiança dos eleitores”. Terminou citando uma recente frase do Papa Francisco “o verdadeiro poder é o serviço”.

Uma pausa foi feita no período de intervenções para os presentes serem brindados com um filme sobre a história do nascimento do PPD/PSD. Posto isto, usou da palavra o Presidente da Distrital de Leiria do PSD, Fernando Costa, que no estilo que lhe é característico começou por elogiar o anfitrião Narciso Mota, que dirige uma câmara com uma situação financeira invejável, e que na opinião de Fernando Costa é um exemplo para todos os autarcas do país, que com autarcas desta estirpe não seriam necessários programas de apoio aos municípios quase insolventes. Destacou ainda a dignidade democrática que falta ao PS, que trouxe a Troika para Portugal. E apelou ainda ao Primeiro-Ministro para cortar mais nas mordomias do Estado, das Autarquias, das Empresas Públicas, incitando-o a ter coragem e avançar

com a lei do enriquecimento ilícito e alterando a lei do IRS para os municípios, não acabando com o IMT, mas sim reduzindo o IMI, protegendo assim os mais vulneráveis. Foi incontornável não abordar a sua candidatura a Loures, que disse ter enfrentado a bem dos lourenses, que pagam impostos altíssimos, devido a uma dívida exorbitante contraída pelos anteriores executivos, em muito incrementada pelas mordomias e vícios instalados, garantindo ir para Loures baixar impostos, sem pedir nada a ninguém.

Hugo Soares foi o orador que se seguiu. O líder da JSD quis começar por dizer que o governo contará sempre com a JSD a seu lado para mudar Portugal e para construir um novo futuro. Considerou que a reforma do Estado vai muito para além daquilo que foi anunciado e destacou algumas daquelas que são as lutas que a JSD encarará nos tempos que se avizinham, dizendo não se admitir que haja em Portugal reformas de 200 ou 300 euros e outras de 6 ou 7 mil euros, sendo imperioso estabelecer um tecto máximo para as reformas. Deixou claro que é necessário moralizar a vida pública e que nesse sentido não podem os gabinetes governamentais continuar a contratar grandes sociedades de advogados, quando têm nas universidades esse conhecimento necessário. Apontou ainda a criação de um conselho de ética a funcionar a par da Assembleia da República para arguir as incompatibilidades dos deputados, não deixando de focar umas das principais bandeiras da JSD, a revisão constitucional, em que a justiça geracional deve ser salvaguardada, impondo-se um tecto ao endividamento público. Como não poderia deixar de ser o flagelo do desemprego jovem também esteve presente no seu discurso, bem como a imprescindível criação de oportunidades para esta geração. Terminou confessando que acredita que o PSD vai ganhar as próximas autárquicas porque tem os melhores candidatos.

A intervenção do representante dos TSD lembrou os ideais da social-democracia e as motivações e princípios que estiveram por base ao nascimento do PPD/PSD. Considerou ser importante trabalhar para construir um novo rumo para o país, assente numa nova sociedade, num novo contrato social, devendo o governo continuar a trabalhar com esse intuito.

Os Autarcas Social-Democratas também usaram da palavra pelo seu Presidente, Pedro Pinto, que começou por lembrar Sá Carneiro, dizendo que nunca será esquecido pelo Partido e pelo País, da mesma forma que daqui a uns anos Passos Coelho também será uma personalidade incontornável por ter governado no pior momento da nossa história democrática. Considerando que é necessário voltar a colocar Portugal no rumo do crescimento e sustentabilidade e que só o PSD o poderá fazer, já que não há alternativa, só recursos táticos dos outros. Incontornável foi destacar o papel das autarquias





no desenvolvimento do país, dando como exemplo os resultados alcançados em relação ao abandono escolar, que foram conseguidos graças a políticas de proximidade. Fez alusão ainda à lei das finanças locais e deixou uma palavra para os autarcas que este ano não se podem recandidatar. Terminou dizendo ter a certeza de o PSD vai ganhar as próximas autárquicas, uma vez que os cidadãos são sábios e que nunca iriam premiar o PS, que é o responsável por o governo estar obrigado a seguir estas políticas.

Depois de ser transmitido um vídeo que retratou a história do PSD no poder local e a forte implantação que tem no terreno, subiu ao palco o Presidente do PSD e Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, que foi ovacionado de pé. Passos Coelho começou por se dirigir ao anfitrião Narciso Mota, considerando-o um autarca exemplar, que tem deixado um rasto de muito desenvolvimento em Pombal e é sinónimo de muitas vitórias do PSD. Referindo-se em seguida à política nacional, frisou o papel importante que outros partidos e outras pessoas tiveram na história da nossa democracia, considerando que no presente “fomos escolhidos para liderar o governo na fase mais difícil de Portugal”, cabendo ao PSD abrir o horizonte de esperança a Portugal.

Apesar de considerar que há pessoas que se esforçam para amplificar nos espaços televisivos, aquilo que corre menos bem ao governo, é indiscutível que muito foi feito em 2 anos e que isso deve ser reconhecido.

Disse que quando o PSD chegou ao governo, o Estado gastava mais quase de 10% ao ano daquilo que o País criava de riqueza, tendo o governo reduzido praticamente metade do défice, numa fase particularmente difícil em que há contracção da economia, tendo esse esforço preservado o núcleo essencial do estado social. “Em 2 anos fizemos aquilo que ninguém conseguiu fazer em 15 anos”. Lembrou que quando este orçamento do Estado foi aprovado não faltavam vozes a dizer que o mesmo era inexecutável e que isso se iria confirmar com a execução orçamental do primeiro trimestre, questionado “onde estão essas vozes agora?”, que considerou querem es-

palhar o terror no país, incitando à revolta, ao invés de terem sentido de responsabilidade e de dizerem aquilo que fariam para resolver os problemas do país.

Recordando a História económica e financeira do País, referiu que nunca Portugal pagou as suas importações em escudos, mas sim em dólares, havendo falta de bens essenciais quando esses dólares escasseavam, rematando que ter moeda própria não significa ter responsabilidade.

Colocou como primeiro objectivo da sociedade, o acesso aos bens essenciais e à realização pessoal, que só se consegue cumprindo com o pagamento de salários e pensões e para isso “somos nós que temos de resolver os nossos problemas”.

Passos Coelho realçou que pela primeira vez em dezenas de anos, no último ano, o País no seu todo, não se endividou perante o exterior, feito só alcançado com o esforço de todos os portugueses. Dizendo que os resultados desse esforço já começam a aparecer e agora temos de mostrar que conseguimos controlar os nossos défices e pagar os nossos empréstimos, ajudando assim a economia a acrescentar valor, uma vez que dentro de ano ficamos sem o financiamento da Troika e urge criar uma janela de esperança, dando confiança aos investidores externos.

O Primeiro-Ministro destacou o amplo consenso que é essencial na sociedade, não devendo a obrigação dos partidos ser contar votos, mas sim apontar soluções para resolver os problemas. Assumiu que o governo está disposto a discutir propostas concretas com todos, negando que o Governo alguma vez tenha enveredado pelo “quero, posso e mando”. Afirmando que aqueles que acham que a solução é ficarmos a dever estão enganados, já que a consequência imediata desse comportamento irresponsável sairia demasiado cara ao País, já que faltaria de imediato o dinheiro e que “não estamos aqui para nos auto-satisfazer com a desgraça mas sim para a evitar”.

Passos Coelho dirigiu-se aos militantes agradecendo todo o apoio que têm dado, àqueles que no dia-a-dia explicam aquilo que o governo não consegue, os que

fazem o Partido e Portugal andar para a frente com muita coragem, merecendo-lhe todo o respeito. Disse que haverá em cada momento gente com mais ou menos vontade mas que “é com os que cá estão que contamos e seguimos em frente”, confessando que “estou preocupado com o meu Partido, mas sobretudo com o futuro do meu País”. Referindo-se em seguida ao parceiro de coligação no governo, o CDS/PP, assumiu que por vezes as histórias são diferentes, mas que é saudável que assim seja, dando o exemplo dos muitos governos de coligação existentes na Europa. “Não nos queremos fundir com o CDS, mas trabalhamos todos os dias para procurar as melhores soluções e estes resultados só foram conseguidos com o esforço do CDS”, disse Passos Coelho.

Adiantou ainda que há quem denuncie problemas, entre os Partidos da coligação, com os quais ainda nem os próprios tinham sonhado, mas que o importante é “não valorizar aquilo que nos separa, mas aquilo que nos une”, considerando que o empenhamento do CDS/PP tem sido muito e dirigindo-lhe, nesta ocasião um abraço caloroso e solidário.

Já a terminar Passos Coelho não deixou de referenciar que em 39 anos o PSD foi sempre o grande partido do Poder Local e que estes agentes políticos, no terreno, foram sempre um grande apoio para os tempos de maior responsabilidade. Desejando que o PSD tenha um grande resultado nas próximas eleições autárquicas, diz não duvidar que continuará a ser o grande partido do poder local, com grandes autarcas. E, que ao contrário daquilo que muitos desejam, estas eleições “não vão ser uma espécie de pântano, porque enquanto eu for Primeiro-Ministro não haverá pântanos em Portugal, aconteça o que acontecer!”, terminado dizendo que ninguém vai ficar preso ao passado e para a frente é o futuro.

No fim desta intervenção muito aplaudida pelos presentes, cantou-se em coro o hino nacional, seguindo-se depois o cantar dos parabéns ao PSD, pelos 39 anos que já deu, de Serviço, a Portugal e aos portugueses. – João Antunes Santos, correspondente especial

Reunião dos TSD

1º de Maio comemorado em Lisboa com a presença de Passos Coelho

O Presidente do PSD e chefe do Governo compareceu, como habitualmente, no encontro com os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) no qual, em cada ano, se comemora o 1º de Maio, dia do Trabalhadores,

O encontro de 2013 decorreu num hotel de Lisboa e Pedro Passos Coelho, defendeu que o problema do País “não está nas taxas de juro, mas na dívida” acumulada e que para Portugal “ganhar qualidade creditícia” as contas “têm de bater certo”.

“Há um mito que se instalou e eu gostaria de deixar um contributo para o afastar, que é o de que o Governo só não corta nos juros se não quiser”, declarou Passos Coelho.

Pedro Passos Coelho advertiu que é preciso “encontrar um entendimento sobre a realidade e não sobre a ficção” e que, “se fosse em razão dos juros”, o país devia “preferir ficar a vida inteira sob a assistência económica e financeira”, já que nunca pagou “juros tão baixos”.

“Nós pagámos em 2012 qualquer coisa como 7,5 mil milhões em juros de dívida pública, foi o maior programa orçamental, mais do que a saúde, a educação e a segurança social, mas nunca as taxas de juro foram tão baixas em Portugal. Não é preciso, portanto, dominar grande aritmética para perceber que o problema não está na taxa de juro, mas na dívida, que é grande”, sustentou.

O líder do executivo referiu que “o mecanismo europeu e o fundo europeu constituem-se e levantam dinheiro em mercado, em condições que só Países com o melhor ‘rating’ podem alcançar e são justamente esses juros” que Portugal paga.

“Por esses empréstimos também pagamos juros mais elevados, mas – TENÇÃO! – por dívida que contraímos antes desses empréstimos”, observou.

O líder social-democrata frisou que, quando Portugal regressar em absoluta normalidade aos mercados “voltará a equacionar, com os credores, o problema dos juros” e que para alcançar “qualidade creditícia”, as nossas contas “têm de bater certo”.

Sobre relacionamento Estado-Capital-Trabalho, Passos Coelho disse nesta ocasião do encontro com os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), no âmbito do Dia do Trabalhador, estar disponível para discutir um novo acordo de concertação social sobre o crescimento económico e o emprego, sustentando que a realidade mudou e que é preciso “adaptar as coisas”.

Ao longo de mais de meia-hora, Passos Coelho centrou a sua intervenção nos problemas da governação e do País, deixando também, ao PS, vários alertas implícitos sobre a qualidade do debate político em Portugal.

“Precisamos de que haja realismo suficiente dos Partidos e dos Sindicatos para que os portugueses não encarem o debate público, como um debate de surdos, pois precisamos de criar condições para que nos possamos ouvir em Portugal”, afirmou.

O Chefe do Executivo e presidente do PSD, referiu também que o documento para o crescimento e emprego lançado pelo Governo, começou a ser preparado no Verão passado e agora “precisa de dar frutos”.

“Não foi uma moda e porque achámos que se devia acabar com a conversa da austeridade e começar a conversa do crescimento, são duas faces da mesma moeda”, salientou Pedro Passos Coelho.

Neste contexto, Passos disse existir abertura do Governo para ouvir e discutir propostas de outras áreas políticas, “dos parceiros sociais e em particular da UGT” (central sindical), e que “se isso for o princípio de um novo acordo social que o seja”.

“Valorizamos o acordo de Janeiro de 2012, foi muito importante para fazer este tempo que passou, mas não temos de ficar cristalizados em torno daquela letra. A sociedade evoluiu, o ajustamento foi mais rápido e



mais profundo, devemos adaptar as coisas, se tivermos aqui um princípio de um novo entendimento, excelente, estamos disponíveis para isso”, adiantou.

O presidente do PSD considerou que a sociedade e as empresas precisam “de cooperar mais” e que o País “precisa de um entendimento de longo prazo sobre as bases essenciais do crescimento e da reforma” do Estado.

“Da mesma maneira que o Estado precisa de um entendimento de longo prazo sobre as bases essenciais do crescimento e da sua reforma, precisamos na sociedade de ser mais cooperativos, de juntar engenho, força e capacidade de trabalho”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Na sua intervenção, Passos disse ainda que o País

“precisa de criar mais riqueza” e que para isso “não basta gastar dinheiro”, mas “aplicá-lo bem, em obras, acções e projectos que sejam reprodutivos”.

O líder social-democrata criticou depois o “modelo enganador” de crescimento sem alicerces seguros do País e o tempo em que “as inaugurações eram mais importantes que as obras, sem si, porque davam manchetes imediatas...”.

“Os contribuintes não tinham dinheiro para sustentar esse modelo de crescimento, é um modelo enganador, não é esse crescimento que nós queremos”, frisou.

O Primeiro-Ministro defendeu que é preciso que os cidadãos possam “acrescentar valor às suas empresas,



produtos, serviços” e “qualificar mais a nossa força de trabalho”, com maior “ligação entre universidades, centros de investigação e as empresas”.

“Quando vamos para fora é uma competição louca, o mercado grande e global, o que espera o mercado internacional, quando olha para Portugal, precisa de uma resposta à suas necessidades e nós... não temos escala para a dar? Porque não se juntam as empresas para dar essa resposta, partilhar diferentes empresas encomendas ou fornecimentos? Precisamos de cooperar mais entre nós”, acrescentou.

Passos referiu que essa “estratégia” só funcionará se garantir “de um lado que as finanças públicas são mais sustentáveis” e tiver “elementos de motivação e crescimento para a economia”.

“Isso exige um entendimento entre todos os portugueses sobre o longo prazo”, defendeu.

Passos Coelho lembrou que “em democracia” o País “nunca conseguiu registar um excedente orçamental” e que não é possível “cumprir obrigações e respeitar compromissos sem diminuir a despesa” e que quem defende que isso é possível, apenas faz “demagogia”.

Pedro Passos Coelho deixou vários avisos implícitos ao PS e advertiu que se os “erros” do passado não forem “reparados”, com “uma maneira de estar no país com outra responsabilidade”, estamos “condenados a repetir uma dor social igual ou maior”.

O Presidente do PSD afirmou ainda que “no tempo de grandes progressos” do Estado social e do desenvolvimento “muito desse progresso tão “badalado” tinha um carácter artificial”: “Julgávamos que tínhamos atingido um patamar de grande desenvolvimento mas de repente descobrimos que havia uma grande ilusão associada a tudo isso”, que não havia alicerces e uma crise seria o suficiente para deitar tudo abaixo.

Passos Coelho referiu-se ao Documento de Estratégia Orçamental aprovado em Conselho de Ministros, que prevê a evolução da despesa pública até 2017, para dizer que é sua obrigação “programar a evolução das despesas de modo a que os impostos possam cobrir as despesas” e que “não pode ser de outra maneira”.

“É impossível não notar dois factos, que desde que

vivemos em democracia nunca conseguimos registar um excedente orçamental, anos após ano o Estado gastou mais do que tinha para cobrir essa despesa, todos os anos os portugueses viram o Estado criar dívida e endividar-se, pagando juros dessa dívida para cobrir a despesa interna”, acrescentou.

“Não houve um único ano em que o que ganhámos tivesse dado para a despesa e nunca houve ninguém que tirasse daqui uma confusão lógica”, lamentou.

Passos admitiu que “as pessoas podem discordar, mas não há o direito que os governos mintam às sociedades e criem expectativas que não são capazes de satisfazer”.

“Por isso é que tenho insistido na ideia de que - seja o Governo de esquerda, do centro ou de direita - o Governo do dia não pode deixar de pugnar para que no

médio prazo o Estado tenha um orçamento equilibrado; podem fazer as políticas como entenderem, mas no fim as contas têm de bater certo”, afirmou.

Neste contexto, o líder social-democrata assinalou que “fazendo as contas à despesa, quase 78% do que o Estado gasta são salários, transferências sociais e juros da dívida pública” e que para “ter algum equilíbrio é impossível não olhar para estes agregados”.

“É uma demagogia inaceitável vir dizer que haveremos de cumprir as nossas obrigações e respeitar os compromissos sem diminuir a despesa. Isso pode ser “dito, mas não passa de uma mentira e de pura DEMAGOGIA” observou.

- Fonte: Lusa, Povo Livre



Comunicado do Primeiro-Ministro a Portugal e aos Portugueses sobre as grandes decisões do Executivo

No passado dia 3, às 20 horas, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, aparecia nas casas de todos os Portugueses, através da Televisão. O PM vinha para fazer uma comunicação ao País, com a importância que tal acção sempre assume, neste caso mais ainda porque se tratava de explicar e esclarecer problemas graves da nossa situação económica, que tinham vindo a ser tratados de forma especulativa e geralmente distorcida, por elementos da Oposição e alguma Comunicação Social. Disse o Primeiro-Ministro:

Na sequência dos acontecimentos das últimas semanas é meu dever falar-vos para transmitir as decisões do Governo. Tivemos de lidar com as consequências orçamentais decorrentes da decisão do Tribunal Constitucional, que fez reabrir a 7a revisão regular da troika. Estávamos também comprometidos com a Troika e com os nossos parceiros europeus a apresentar a estratégia do Governo para o médio e longo prazo em termos de contas públicas. E não poderíamos ignorar estas duas exigências porque ambas eram requisitos para fechar a 7a revisão.

Estou certo de que todos compreendem o valor de uma conclusão positiva e atempada desta 7a revisão. É que não o fazer teria como efeito perder a decisão favorável quanto ao alargamento do prazo para pagarmos os empréstimos, solicitado por Portugal e pela Irlanda. Seria um revés inegável para os Portugueses, para a retoma do financiamento da economia e para a preparação do pós-troika, se perdêssemos esta oportunidade que a Irlanda certamente não irá perder.

Portanto, as condições para fechar a 7a revisão são as seguintes:

- encontrar medidas que substituam integralmente as perdas orçamentais resultantes da decisão do Tribunal Constitucional; e
- levar a cabo poupanças estruturais e permanentes, isto é, válidas para os anos futuros, para os anos em que já não estaremos sob o Programa de Assistência, no valor de perto de 4 mil milhões de euros, valor essencial para termos contas públicas sustentáveis no médio prazo.

Haverá certamente muitos Portugueses que se perguntam porquê mais poupanças. Reafirmo o que já vos disse: não iremos aumentar os impostos para corrigir o problema orçamental decorrente da decisão do Tribunal Constitucional. Fazê-lo seria comprometer gravemente as perspectivas de recuperação económica, do emprego e do investimento. E isso não podemos, de modo algum, aceitar. Pelo contrário. Dentro da margem muito estreita que é a nossa, devemos ponderar todos os meios para, a prazo, proporcionar melhores condições fiscais às nossas empresas e trabalhadores. Chegou o momento de relançar o investimento privado.

Mas isso também quer dizer que o caminho deve ser o de reduzirmos a despesa pública de forma estrutural.

Embora estejamos a inverter rapidamente o endividamento privado, e tenhamos registado pela primeira vez desde há muitas décadas o equilíbrio das nossas contas externas, ainda não resolvemos definitivamente o nosso problema de endividamento público e o nosso défice ainda é excessivamente avultado. De facto, nestes 2 anos já baixámos para quase metade o défice público mas ainda temos de o reduzir mais.

Um acto de desistência da nossa parte nesta altura seria um golpe provavelmente irreversível no capital de confiança que todos os Portugueses adquiriram com os sacrifícios, o seu trabalho e a sua coragem ao longo destes últimos dois anos. O regresso aos mercados é crucial em todo este percurso de superação da crise nacional.



É crucial para o financiamento do Estado e do Estado social, em particular, mas também para as empresas, para o crescimento e para o emprego.

O nosso cumprimento e a confiança que reconquistámos nos últimos 2 anos já nos permitiram por duas vezes flexibilizar as metas para o défice, ajustando-as às necessidades da economia. Quando começámos há 2 anos, o défice era de perto de 10 por cento. Tínhamos 3 anos para o reduzir para 3 por cento. Com o nosso cumprimento acabámos por ter mais dois anos. Sem perturbações. E sem credibilidade, nada disso teria ocorrido. Hesitar agora seria um golpe nessa credibilidade

que já reconquistámos. E o que teríamos pela frente, na melhor das hipóteses, seria um segundo pedido de resgate, com mais tempo e mais dinheiro, mas também com austeridade mais dura e mais prolongada. Está nas nossas mãos evitar este cenário.

Chegou, portanto, o momento exacto de avançar para uma segunda fase da reforma do Estado e do sistema de segurança social. Uma reforma com medidas estratégicas que obtenham poupanças permanentes, mas segundo princípios de igualdade e de sustentabilidade.

«Queremos discutir todas estas medidas com os parceiros sociais e com os partidos políticos»

Queremos discutir todas estas medidas com os parceiros sociais e com os partidos políticos. Precisamos de um debate empenhado de todos. Queremos debatê-las com todos para as aperfeiçoar, para minimizar o seu impacto sobre o rendimento das pessoas, para aumentar a equidade e para garantir a adequação à jurisprudência constitucional. E quero, além disso, sublinhar que a abertura do Governo na discussão pública que terá lugar a partir de agora estende-se à possibilidade de substituir estas medidas por alternativas credíveis que cumpram o objectivo quantitativo de poupança que lhes está associado e que sejam permanentes.

Assim, no âmbito da reforma do Sector Público Administrativo, o Governo dá prioridade a medidas que, por um lado, envolvam mudanças na actividade das pessoas, e não a cortes no seu rendimento. E, por outro lado, que reestremem a despesa pública segundo uma orientação de maior igualdade com as regras que são aplicadas aos trabalhadores do sector privado. Além disso, precisamos de medidas que redimensionem e racionalizem a Administração Pública às necessidades do País e às capacidades da nossa economia.

- Em primeiro lugar, precisamos de transformar o Sistema de Mobilidade Especial num novo Sistema de Requalificação da Administração Pública, com o objectivo de promover a requalificação dos trabalhadores em funções públicas, através de ações de formação e da introdução



de um período máximo de 18 meses de permanência nessa condição, pois não é justo para a pessoa, nem é boa administração do Estado, perpetuar uma situação remuneratória que já não tem justificação laboral.

- Em segundo lugar, precisamos de aprofundar a convergência do regime de trabalho dos funcionários públicos às regras do Código do Trabalho aplicáveis a todos os trabalhadores do sector privado, designadamente através da fixação do período normal de trabalho no regime regra das 40 horas por semana, como sucede de resto na maioria dos países da OCDE. Também aqui se coloca a questão da igualdade entre todos os trabalhadores portugueses.

- Em terceiro lugar, precisamos de aprovar um plano de rescisões por mútuo acordo ajustado às necessidades técnicas da Administração Pública, o que, por sua vez, conduzirá a uma diminuição do número de efetivos. Este plano, que, recorde, será de mútuo acordo, deverá ser acompanhado por um novo processo de reorganização dos serviços, implicando uma redução natural das estruturas e dos consumos intermédios. Combinando o novo Sistema de Requalificação da Administração Pública com o plano de rescisões, estimamos abranger cerca de 30 mil efetivos.

- Em quarto lugar, precisamos de rever a tabela remuneratória única, em conjunto com a elaboração de uma tabela única de suplementos para aplicação aos trabalhadores em exercício de funções públicas, para nivelar as remunerações com os salários praticados na economia.

- Em quinto lugar, precisamos de aumentar as contribuições dos trabalhadores para os subsistemas de saúde ADSE/ADM/SAD em 0,75 pontos percentuais cento ainda em 2013, e em 0,25 pontos percentuais a partir de Janeiro de 2014, mantendo a voluntariedade à sua adesão. Esta proposta visa diminuir as transferências que todos os anos provêm do Orçamento do Estado para esses subsistemas e, portanto, assegurar a sua sustentabilidade, suavizando o esforço em 2 anos.

- Em sexto lugar, precisamos de mandar os ministérios para procederem a reduções de encargos no mínimo de 10 por cento, face a 2013, em despesas com aquisições de bens e serviços e outras despesas correntes, redobrando o esforço que já tem vindo a ser feito.

Tanto a transformação do Sistema de Mobilidade Especial num Sistema de Requalificação da Administração Pública, como o regime de trabalho das 40 horas na função pública terão de vigorar já em 2013. Serão estas duas medidas permanentes que complementarão as medidas de redução de despesa já anunciadas pelo Governo – e que estarão incluídas no Orçamento rectificativo que será apresentado no Parlamento até ao final deste mês – que substituirão as normas do Orçamento do Estado invalidadas pelo Tribunal Constitucional.

Precisamos ainda de recorrer a várias medidas com um âmbito sectorial nos vários domínios da governação e que também se inserem no horizonte mais amplo da reforma do Estado.

Uma dessas medidas que iremos propor consiste na alteração da idade legal mínima de acesso à situação de reserva, pré-aposentação e disponibilidade, que precede a reforma, nas Forças Armadas, na Guarda Nacional República e na Polícia de Segurança Pública, para os 58 anos de idade.

Já no âmbito da reforma do sistema de segurança social o Governo propõe:

Em primeiro lugar, proceder à alteração da regra de determinação do factor de sustentabilidade aplicável na determinação do valor futuro das pensões, de modo a que a idade de passagem à reforma dos sistemas públicos de pensões sem penalização se fixe nos 66 anos de idade. Isto quer dizer que a idade legal de reforma se mantém nos 65 anos, mas que só aos 66 não haverá qualquer penalização. É uma condição importante para assegurar a sustentabilidade do sistema.

Em segundo lugar, precisamos de reponderar a fórmula de determinação do factor de sustentabilidade para que, a par da esperança média de vida que já dela consta, possa incluir agregados económicos como, por exemplo, a massa salarial total da economia. Assim, poderemos associar mais estreitamente a base da economia, que financia o sistema, às responsabilidades assumidas pelo Estado neste domínio.

Em terceiro lugar, precisamos de eliminar regimes de bonificação de tempo de serviço para efeitos de acesso à reforma, e que expandem desigualmente as carreiras contributivas entre diferentes tipos de actividade profissional, criando situações injustas, o que significa que será mais um contributo para reforçar a igualdade e a sustentabilidade do sistema.

Em quarto lugar, precisamos de proceder à convergência das regras de determinação das pensões atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações com as regras da Segurança Social, fazendo com que os trabalhadores do

sector público e privado fiquem numa situação de maior igualdade, o que não acontecia até agora. Iremos salvar as pensões de valor inferior porque sabemos que as pensões de reforma de muitos Portugueses são baixas.

Finalmente, precisamos de equacionar a aplicação de uma contribuição de sustentabilidade sobre as pensões atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações e pela Segurança Social, com a garantia de salvaguarda das pensões de valor mais baixo. No entanto, queremos minimizar tanto quanto for possível esta contribuição. Para isso queremos associá-la ao andamento da nossa economia para que haja uma relação automática entre, por um lado, o crescimento económico e, por outro, a redução gradual e progressiva dessa mesma contribuição que terá como base a actual Contribuição Extraordinária de Solidariedade. Sabemos que esta medida pesaria sobre o rendimento disponível dos pensionistas, e por isso queremos que o crescimento económico em que estamos empenhados possa atenuar diretamente os sacrifícios que são pedidos aos pensionistas, desejavelmente até ao ponto em que ela possa desaparecer por completo. E também estamos a trabalhar para minimizar o impacto desta medida com a obtenção de poupanças sectoriais viáveis. Quanto mais longe for a reforma do Estado, mais conseguiremos reduzir esta contribuição. Infelizmente, o facto incontornável de os salários e as transferências sociais, incluindo as pensões, constituírem quase 70 por cento das despesas do Estado, força-nos a incidir nestas rubricas porque todas as restantes são comparativamente menos importantes quando se trata de reduzir despesa.

O conjunto das medidas transversais e sectoriais, e os princípios gerais de igualdade e de sustentabilidade que o norteia, farão parte do documento sobre a reforma do Estado que será apresentado em breve. Aquando da apresentação desse documento poderá ser consultado todo o detalhe do conjunto das medidas.

«Estas medidas não estão fechadas, pois queremos uma discussão aberta sobre cada uma delas e, desejavelmente, analisar propostas alternativas»

As medidas que acabei de enunciar perfazem, no seu conjunto, cerca de 4,8 mil milhões de euros até 2015. É por isso que devem ser vistas como um conjunto de alternativas mais completo para atingirmos o nosso objectivo de perto de 4 mil milhões. Devem ser vistas como um conjunto de possibilidades que não estão fechadas precisamente porque queremos uma discussão

aberta sobre cada uma delas e, desejavelmente, analisar propostas alternativas ou as combinações mais coerentes das medidas. Aos nossos interlocutores sociais e políticos, na concertação social e na Assembleia da República, quero deixar claro que não deve haver qualquer dúvida sobre a nossa abertura para debater esta matéria. E, com esta abordagem global, os nossos parceiros europeus não poderão duvidar do rigor do nosso compromisso.

Mas a reforma do Estado deve ser vista como um processo contínuo em que mantemos o espírito crítico sobre as nossas instituições. E sabemos que há muito por fazer para tornar o Estado e a despesa pública mais eficazes na redução das desigualdades, na quebra da transmissão da pobreza de geração em geração, nos serviços de protecção social aos cidadãos mais vulneráveis, ou no apoio à economia.

Portugueses, eu sei que se interrogam se os sacrifícios que vos têm sido pedidos vão valer a pena. A estas dúvidas, quero responder que valerão a pena certamente. Mas para isso temos de remover este obstáculo que temos pela frente. Falhar agora seria desperdiçar esses sacrifícios e isso, nenhum de nós pode aceitar. A estratégia do Governo, ao responder afirmativamente aos desafios que se nos colocam, faz valer a pena os sacrifícios que todos os Portugueses fizeram até agora. Estamos na recta final dessa estratégia à medida que se aproxima a conclusão do Programa de Assistência. Temos de ter a coragem para resistir às falsas promessas e às ilusões que temos como os que estamos a viver fazer crescer.

No controlo da despesa pública já muito foi feito. Nestes últimos dois anos poupámos cerca de 13 mil milhões de euros em despesa do Estado. Para atenuar as medidas de poupança que têm impacto no rendimento disponível das pessoas, atacámos as rendas excessivas como nunca tinha sido feito. Conseguimos em 2013 poupanças de 35% nos encargos com as PPP rodoviárias, no montante de 300 milhões de euros, e queremos poupanças ainda maiores para os anos seguintes. Ao longo da vida destes contractos obteremos uma redução em termos nominais de mais de 7 mil milhões de euros. No sector energético estamos a ser igualmente exigentes, com poupanças de 160 milhões de euros já a começar este ano e que aumentarão em anos futuros, num total de mais de 2 mil milhões de euros em termos nominais.

Diminuímos substancialmente as despesas de funcionamento dos ministérios e das empresas públicas. Actuámos com grande determinação na reforma das empresas públicas de transportes. Foi assim que reduzimos em 25 por cento o parque automóvel dessas empresas, em 28 por cento os gastos com comunicações e em 60 por cento o número de horas de trabalho suplementar, através de uma organização mais adequada do tempo de trabalho. E passámos para resultados operacionais em 2012, mesmo tendo em conta a redução das transferências do Orçamento do Estado para essas empresas.

Além disso, o Governo tem reduzido e continuará a reduzir os consumos intermédios na Administração Pública. Os consumos intermédios caíram 903 milhões de euros em 2011 e 504 milhões de euros em 2012. Graças a estas poupanças, Portugal tem hoje o 5.º valor mais baixo de consumos intermédios na Europa. E este esforço de redução dos consumos intermédios tem, pois, de continuar.

Estes são apenas alguns exemplos, mas bem ilustrativos, de um trabalho persistente que foi feito nos últimos dois anos.

Também sei que os Portugueses ouvem, todos os dias, opiniões de que existem saídas fáceis para esta crise. Em particular, ouvem dizer que os défices e a dívida não são problemas de maior, ou que não pagar a dívida é remédio pronto e indolor para a crise e que acabaria com a austeridade. Ouvem ainda dizer que respeitar os nossos compromissos não é assim tão importante como o Governo quer fazer crer, porque a Europa estará lá sempre para nos dar o dinheiro de que precisamos.

A crise em que Portugal mergulhou em 2011, é demasiado séria para não pensarmos nas consequências das nossas escolhas. Temos de ser realistas na abordagem aos nossos problemas. A ideia de que a Europa estará sempre disponível para nos socorrer sem condições é falsa. O nosso caminho não tem sido fácil, mas seria incomparavelmente mais difícil se não tivesse havido da

nossa parte o cumprimento cabal das nossas obrigações. As consequências do incumprimento para Portugal, membro da área do euro, dependente do financiamento externo para o pagamento de salários e pensões, e que procura arduamente recuperar o financiamento para as suas empresas, seriam desastrosas.

Voltar agora para trás seria virar as costas ao crescimento e ao emprego, e regressar a 2011, à beira da bancarrota

Esse não é o caminho. Voltar agora para trás seria, não só virar as costas ao crescimento e ao emprego, como seria equivalente a regressar ao ponto onde estávamos em 2011, isto é, à beira da bancarrota, com as taxas de juro novamente a subir e o financiamento a fechar-se.

Também não nos podemos esquecer que, como



membros da área do Euro, estamos sujeitos a regras claras. Por exemplo, o Tratado Orçamental, que beneficiou de um amplo apoio parlamentar que incluiu o principal partido da oposição, estabelece o equilíbrio orçamental e a redução consistente da dívida pública até ao valor de referência de 60 por cento do PIB. Isto significa que precisamos de adequar estruturalmente o nosso regime económico e financeiro às exigências do euro. Não o fizemos no passado e infelizmente nós todos aprendemos às nossas próprias custas o resultado dessa inacção.

A escolha não é, portanto, entre austeridade e ausência de austeridade. É entre o cumprimento, com uma estratégia consolidada de curto e médio prazo, e o incumprimento que teria como provável desfecho a saída do euro com consequências catastróficas para todos, sobretudo para a classe média e para aqueles que estão mais vulneráveis.

Por si só, as exigências do Programa de Assistência já recomendariam um amplo consenso político e social. Mas o valor do consenso é ainda mais importante quando o que está em causa é a nossa participação no Euro e o cumprimento das obrigações que dela decorrem.

É neste contexto que finanças públicas sustentáveis devem ser vistas como um objectivo nacional e como um património comum, ao serviço da nossa democracia. É um erro ver as finanças públicas saudáveis como estando sintonizadas com um governo específico ou com uma legislatura particular. Todos os projectos políticos, sejam de esquerda, de direita ou do centro, precisam que as contas públicas batam certo. E todos os projectos políticos que defendam a nossa permanência no Euro, têm de reconhecer esta obrigação.

Apesar das grandes dificuldades, temos razões para estar mais confiantes. Desde o início que o Governo tem estado a preparar os alicerces do crescimento futuro com um programa ambicioso de reformas estruturais. Sabemos que os seus efeitos demoram algum tempo a repercutir-se na actividade económica mas esses efeitos irão chegar. Porém, queremos mais. Recentemente, propusemos aos parceiros sociais e aos partidos políticos uma estratégia abrangente de crescimento associada à (re)industrialização do País. Fomos o primeiro País da

área do euro a apresentar uma estratégia integrada de crescimento económico. E contamos complementá-la com outros planos de reanimação da actividade de sectores económicos importantes. Este é o momento para dar prioridade ao investimento produtivo. Para dar início à última fase do processo de ajustamento, isto é, para o período de transição para o crescimento estável e duradouro.

Por vezes não nos damos conta de como estamos próximos da experiência irlandesa, que é considerada como um caso bem-sucedido. Já têm mais resultados a apresentar do que nós em certos aspectos, mas isso também se deve a terem meio ano de avanço sobre nós nas reformas e nos impactos económicos. Os irlandeses têm sentido dificuldades, como é natural, mas não desistiram e foram capazes de estabelecer consensos políticos entre os partidos em torno de matérias fundamentais. Nós também não podemos desistir.

Todo este processo de reforma do Estado irá decorrer em simultâneo com a recuperação da economia. Irá decorrer a par da recuperação da nossa soberania económica e financeira plena. Tudo isso abre perspectivas mais motivadoras para todos nós.

Sabemos que não depende apenas de nós obter condições mais favoráveis no nosso processo de ajustamento. Depende sobretudo de mudanças políticas e institucionais a nível europeu. Mas, se mantivermos a nossa capacidade de cumprimento e de reforma, seremos uma voz influente na condução dessas mudanças. Mais uma vez, o consenso interno trará resultados positivos para todos porque reforçaria a nossa capacidade negocial e a credibilidade da nossa intervenção.

A firmeza de todos os Portugueses já nos trouxe sucessivas flexibilizações do processo de ajustamento. Neste momento, a nossa margem de manobra ainda não é grande, mas é grande a confiança que inspiramos por toda a Europa e que, estou certo, não deixará novamente de se traduzir em respostas concretas e benéficas para nós.

Sei que este caminho não é fácil. Sei o que estas mudanças implicam para muitos Portugueses. Não as proporia se as não considerasse absolutamente necessárias para ultrapassar a emergência nacional e fundamentais para o nosso crescimento. Nenhum governante defende medidas difíceis apenas por prazer nem de ânimo leve. Mas temos todos de ser corajosos e enfrentar a situação. Sobre todo o governo pende a obrigação de amenizar o seu impacto e aperfeiçoar o seu desenho. Mas como são mudanças que dizem respeito ao nosso futuro colectivo a responsabilidade pela sua discussão e pelo seu melhoramento cabe a todos os Portugueses.

As escolhas que temos diante de nós são mais do que simples questões financeiras. É a construção do nosso futuro como povo europeu e como democracia madura que está em causa. Tal como em tantas ocasiões no passado, os Portugueses não deixarão de, em conjunto, tomar em mãos essa grave tarefa, cientes das dificuldades que juntos enfrentaremos, mas com coragem e com esperança. Muito obrigado. - Fonte: Gab. Imp. PM

O PSD está disponível para “um amplo diálogo político e social”

O PSD desafia o PS a “vir a jogo” pronunciar-se sobre o pacote de redução da despesa anunciado pelo Primeiro-Ministro, dizer que medidas apoia e propor alternativas. Esta posição foi assumida pelo coordenador e primeiro vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Jorge Moreira da Silva, em conferência de imprensa, na sede nacional dos sociais-democratas, em Lisboa, dia 7 de Maio.

Jorge Moreira da Silva referiu que o PS defendia que o debate da reforma do Estado exigia propostas concretas do executivo PSD/CDS-PP. “O Governo fez a vontade ao PS. Avançou com o desenho de propostas de redução da despesa no quadro de uma reforma do Estado”, afirmou, acrescentando: “Agora compete ao PS também estar à altura das suas responsabilidades, dizendo medida por medida se concorda ou não concorda, se pretende substituir essa medida por outra, e já agora qual é a medida e qual é o montante financeiro de redução da despesa”.

Quanto à posição do PS de que os consensos, por princípio, devem ser procurados no parlamento, Moreira da Silva observou: “Não vale a pena andarmos à procura de pretextos para fugirmos à nossa responsabilidade.” “A possibilidade de realizar compromissos está ao alcance

dos partidos e do Governo”, considerou, admitindo que “esse diálogo pode ser também procurado no espaço parlamentar”.

De acordo com o coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, o essencial é que o PS diga se quer “cumprir ou não cumprir” o Programa de Assistência Económica e Financeira e “qual é sua opção de consolidação orçamental”, se quer “mais impostos ou menos despesa”, especificando as áreas.

“Espero naturalmente que o PS esteja à altura das suas responsabilidades enquanto autor do memorando de entendimento, enquanto responsável pela circunstância a que Portugal chegou, mas também enquanto partido que tem e teve um papel importante na governação nas últimas décadas”, concluiu.

Na sua intervenção inicial, Moreira da Silva reiterou a disponibilidade do PSD para “um amplo diálogo político e social”.

Quanto às medidas para apresentadas pelo primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, na sexta-feira, o dirigente social-democrata afirmou que o PSD está “solidário com a opção do Governo” e é a favor do cumprimento das actuais metas orçamentais por via da redução da despesa.

Entretanto, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, vai reunir-se ao final da tarde de quarta-feira, com os deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP, na Assembleia da República.



Conselho de Ministros de 2 de Maio de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas.

Esta proposta de lei visa garantir a disponibilidade da informação necessária com a brevidade possível e marca o início do processo de revisão global dos suplementos remuneratórios e outras regalias ou benefícios suplementares aplicado por entidades públicas, afirmando-se, no entanto, expressamente a intenção de promover os entendimentos sociais e políticos necessários para o efeito, de forma a obter soluções estáveis e duradouras no âmbito da Administração Pública.

2. O Conselho de Ministros aprovou alterações ao diploma que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Estas alterações procuram melhorar o sistema de recrutamento e formação dos magistrados, revitalizando o Centro de Estudos Judiciários como entidade vocacionada para a formação dos diferentes operadores de justiça.

Visa-se, ainda, estabelecer um modelo de avaliação global, que não se limita à avaliação contínua e que implica uma responsabilização colectiva pela atribuição das classificações, o qual se projecta tanto no 1.º como no 2.º ciclos.

É também de salientar que o novo modelo de avaliação introduz a menção a aspectos essenciais para aferir da aptidão para o exercício das funções de magistrado como a honestidade intelectual, a urbanidade, a actuação conforme à ética e deontologia profissional.

3. O Conselho de Ministros aprovou, no âmbito do Programa de Emergência Social, o Plano Nacional de Voluntariado para os anos de 2013-2015 (PNV).

O PNV define um conjunto de medidas que, de forma articulada e prospectiva, permitem valorizar e reconhecer a realização de acções de voluntariado como essenciais para uma participação e cidadania activas, bem como



promover a responsabilidade social da Administração Pública.

Neste quadro, o PNV define três eixos estratégicos: «Sensibilizar e Divulgar»; «Promover e Formar»; e «Agir e Desenvolver», pelos quais se desenvolvem 39 medidas. Estes três eixos apresentam como objectivos centrais o reconhecimento das actividades de voluntariado, a sensibilização dos cidadãos para a importância e valor do voluntariado e a necessidade de dar meios aos organizadores de actividades de voluntariado para melhorar a qualidade das mesmas, promovendo a criação de um ambiente propício ao exercício do voluntariado.

4. O Conselho de Ministros aprovou o processo de alienação das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) - Fidelidade, Companhia de Seguros, S.A., Multicare, Seguros de Saúde, S.A., e Cares, Companhia de Seguros, S.A. - cujo modelo de base consiste na venda directa a investidores de referência, nacionais ou estrangeiros, mediante procedimento competitivo.

A venda directa de referência poderá ser realizada de forma directa ou indirecta, constituindo a alienação do conjunto dos activos seguradores da CGD um modelo que assegura a preservação da unidade estratégica do grupo segurador.

Consagra-se ainda a alienação de um máximo de 5% de acções a trabalhadores das empresas seguradoras do grupo CGD, bem como a possibilidade de se proceder à alienação de participações minoritárias mediante oferta pública de venda, que pode ser combinada com uma venda directa institucional, caso se justifique para a adequação da estrutura accionista das empresas a alienar e maximização do encaixe financeiro resultante da operação.

Esta decisão permite dar cumprimento às medidas previstas no Programa do Governo Constitucional e no Programa de Assistência Económica e Financeira que envolve Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, em matéria de racionalização da estrutura do grupo CGD.

5. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre o Reconhecimento de Graus Académicos e Períodos de Estudo no Ensino Superior.

A aplicação deste Acordo abrange, no que se refere à República Portuguesa, os graus de licenciado, mestre e doutor e as instituições de ensino superior, do Estado ou reconhecidas pelo Estado, autorizadas a conferir um ou mais daqueles graus académicos. No que se refere à República Popular da China, abrange os graus de xueshi, shuoshi e boshi e as instituições de ensino superior e de investigação autorizadas a conferir, nos termos da lei aplicável, um ou mais daqueles graus académicos.

6. O Governo aprovou a classificação dos aproveitamentos hidroagrícolas do Vale da Vilarça, da Veiga de Chaves, de Macedo de Cavaleiros, da Campina de Idanha-a-Nova, de Odivelas, do Vale do Sado, do Sotavento Algarvio, do Roxo e do Mira como obras de elevado interesse para o desenvolvimento agrícola das respectivas regiões (obras do grupo II).

7. O Governo aprovou a exclusão do regime florestal parcial de uma parcela de terreno baldio, com a área de 24 hectares, do Perímetro Florestal de São Salvador, a qual se destina à expansão urbana no lugar de Valdorrão, Sanguinhedo de Maças, freguesia de Lordosa, do concelho de Viseu.

Marco António Costa em apoio à candidatura de Aires Pereira como o candidato do PSD à Póvoa do Varzim



Na sexta-feira, 3 de Maio, realizou-se a apresentação da candidatura de Aires Pereira, que contou com um elevado número de apoiantes e simpatizantes. Marco António Costa, vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD, esteve presente e reforçou que esta é a candidatura ideal para o concelho da Póvoa do Varzim. “É uma lição que a Póvoa está a dar ao país. Uma lição de uma comunidade que está unida, de uma comunidade que sabe respeitar o passado e o presente, mas sabe sonhar para o futuro com segurança”, destacou o vice-presidente social-democrata.

Aires Pereira agradeceu a presença de todos e explicitou a importância deste momento. “O PSD continua unido, continua a movimentar-se à volta dos seus autarcas e portanto não tenho dúvidas que o resultado vai ser uma belíssima surpresa para todos”, disse o candidato.

Olívia Carvalho, mandatária da Juventude, José Macedo Vieira, actual presidente do município, Rui Avelino Faria, presidente da Comissão de Honra, e Afonso Pinhão Ferreira, candidato à Assembleia Municipal, demonstraram publicamente o seu empenho em contribuir para a vitória de Aires Pereira neste desafio eleitoral.

102 anos da GNR



O ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, durante a cerimónia militar do 102º Aniversário da GNR, na Escola da Guarda, em Queluz, Sintra, teve ocasião de afirmar que «...a Guarda tem sido um dos baluartes do Estado de Direito democrático em Portugal»

Durante a cerimónia, que foi presidida pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e na qual esteve também presente o Ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, o Ministro da Administração Interna referiu-se à GNR como um «exemplo de serviço prestado» ao País.

Destacando «o sentido de disciplina e dever» dos «militares da Guarda, Miguel Macedo afirmou que, por isso, a GNR «é merecedora de inegável confiança dos portugueses».

Para o Ministro da Administração Interna, «o poder político tem a obrigação de salvaguardar» as «condições essenciais» à «operacionalidade» desta força de segurança.

Miguel Macedo lembrou ainda os vectores prioritários para o Governo, em matéria de segurança, em linha com o Programa do Governo: «melhoria da actividade operacional das forças de segurança; eliminação das redundâncias inúteis e subsequente reforço dos meios materiais e capacidade tecnológica das forças».

A este propósito, o Ministro referiu que «continuam válidas as preocupações com a promoção de medidas que propiciem uma maior clarificação do papel de todos no sistema de segurança interna» assim como «as razões que defendem a libertação de efectivos para a actividade operacional junto das populações».

Com a entrada em vigor do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Miguel Macedo considera que importa agora «de forma sólida e ponderada», abordar «as alterações orgânicas que se afiguram relevantes e cujas linhas gerais foram já enunciadas».

«Estamos hoje mais bem preparados para o fazer, respeitando competências, atribuições e a missão de cada uma das Forças, cientes, porém, do esforço de racionalização que é reclamado», referiu ainda.

A cerimónia terminou com o desfile das forças em parada, homenageando o Chefe do Governo - que tinha feito a tradicional “inspecção da Guarda de Honra” - e os dois Ministros presentes.

102 anos de História – um breve olhar sobre uma instituição com pergaminhos...

Criada em 1801, como “Guarda Real de Polícia” e inspirada no modelo da Gendarmerie Française”, a Guarda ganhou o seu nome actual depois da Implantação da República. Passados 102 anos, a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial. Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, caracterizando-se como uma Força Militar de Segurança Pública.

A Guarda constitui-se assim como uma Instituição charneira, entre as Forças Armadas e as Forças Policiais e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR mostra ser uma força bastante apta a cobrir em permanência todo o espectro da conflitualidade em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais, nas diversas situações que se lhe possam deparar, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao de guerra, passando pelas



situações de crise, quer a nível interno, quer no externo (como foram os casos de Timor e do Iraque).

Em situação de normalidade, a Guarda executa fundamentalmente as típicas missões policiais, mas não só, porque decorre da sua missão, a atribuição de missões militares no âmbito da defesa nacional, em cooperação com as Forças Armadas e é aqui que reside a grande diferença para com as outras Polícias.

Em situações de estado de emergência ou de sítio, devido à sua natureza, organização e à formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para actuar em situações problemáticas e de transição entre as Polícias e as Forças Armadas.

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo dispositivo de quadrícula, que ocupa todo o território nacional, pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas.

De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões internacionais, no âmbito das denominadas OOTW “Operations Other Than War” (Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição de Paz. à da sua manutenção, em complemento das Forças Armadas, com

principal relevância para as fases pós-conflito, e ainda, as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam actuar.

A GNR partilha as responsabilidades do policiamento de Portugal continental com a Polícia de Segurança Pública (PSP), cabendo a esta última apenas a responsabilidade dos grandes centros urbanos (5% do território nacional) e à Guarda, a responsabilidade de 40% da cidades, 98% das vilas e a totalidade das aldeias do país. Nos Açores e na Madeira está atribuído, também à PSP, o policiamento das áreas rurais, cabendo à GNR operar nas áreas fiscal, controlo costeiro, protecção da natureza e socorro Na fracção habitada mais isolada do território de Portugal, a ilha do Corvo, a GNR é a única força policial permanentemente instalada, assumindo todas as responsabilidades policiais na ilha.

A GNR tem ainda a responsabilidade das Honras de Estado e da segurança aos vários edifícios dos Órgãos de Soberania, como o Palácio de Belém - sede da Presidência da República -, o Palácio de São Bento - sede da Assembleia da República - e o Palácio das Necessidades - sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros.- Fontes: Lusa e GNR

Presidente do Conselho Europeu reitera a necessidade de Portugal consolidar as contas públicas

O presidente do conselho europeu, Herman van Rompuy, em visita a Lisboa, salientou a necessidade de Portugal continuar a consolidar as contas públicas mas sem perder de vista o crescimento e emprego, que devem ser estimulados.

“Manter o rumo é essencial (...) A consolidação fiscal deve ser feita de maneira gradual mas firme. Os défices excessivos devem ser contidos, mas essa é uma tarefa que claramente não pode ser feita de um dia para o outro”, afirmou van Rompuy numa declaração aos jornalistas, no final de uma reunião com o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e antes de um almoço em conjunto.

O responsável europeu disse que o encontro com Passos Coelho serviu para falar das “perspetivas económicas” de Portugal e da Zona Euro, preparar os conselhos europeus de Maio e Junho e discutir “assuntos importantes” tais como a energia e o combate à fraude e evasão fiscal.

Herman van Rompuy destacou que “numa altura de crise” o combate à fraude e evasão fiscal ganha especial importância, já que os “sacrifícios devem ser repartidos de forma igual” e que “todas as pessoas e todas as empresas devem contribuir para o esforço comum.”

“É uma questão de justiça social e acredito que está na hora de, em conjunto, alcançarmos progressos concretos em matérias tais como a troca automática de informações” para combater esse flagelo em toda a Europa, afirmou.

“Estamos a falar de milhares de milhões de euros que estão em causa”.

O presidente do conselho europeu destacou, por outro lado, os “progressos significativos” alcançados por Portugal nos últimos dois anos e que garantem ao país credibilidade junto dos seus parceiros europeus e também levaram a um aumento “gradual” da confiança por parte dos investidores.

Nesse âmbito, van Rompuy destacou especialmente a “rápida descida dos défices externos” graças ao “aumento significativo” das exportações, os “progressos visíveis na redução do défice” e os “ganhos importantes”



alcançados ao nível da completividade.

O responsável europeu disse ter a “perfeita noção” de que esses esforços ainda não se traduziram em crescimento e emprego. Nesse sentido Herman van Rompuy salientou a importância de avançar e intensificar as reformas estruturais, particularmente “aquelas que facilitem o investimento por parte de empresas e criem emprego”.

“É [também] preciso implementar urgentemente medidas para reanimar o crescimento e combater o desemprego a curto prazo- não só em Portugal como em outros países que sofrem de altos níveis de desemprego”,

acrescentou van Rompuy.

O responsável adiantou que no conselho europeus vai apresentar “medidas concretas” nesse sentido, sendo outra prioridade “encorajar o Banco Europeu de Investimento” a acelerar as ajudas de forma a colmatar a “falta de crédito, que é um das principais problemas”.

A nível europeu, van Rompuy destacou que a “conclusão da união bancária” apresenta-se como “principal prioridade”, que o mecanismo do supervisor único “já está na fase final” e que o mecanismo de resolução pode ser feito dentro do tratado actual. – Fonte: Lusa

Medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro irão permitir uma redução da carga fiscal



O vice-presidente da bancada do PSD, Miguel Frasquilho, reconheceu que as medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro são “duras e exigentes” mas defendeu que “são medidas deste género” que permitirão “a breve trecho” reduzir a carga fiscal.

“São medidas deste género, muito duras e exigentes, que permitirão, esperamos, a breve trecho reduzir a pesada carga fiscal que os portugueses nesta altura suportam”, afirmou Miguel Frasquilho.

O deputado sublinhou que os anúncios feitos pelo Primeiro-Ministro não constituem um conjunto de “medidas fechadas”, ou seja, que estão abertas à discussão, a propostas de alteração e mesmo de substituição; e defendeu que “a procura de um consenso é essencial”.

“O primeiro-ministro enfatizou bem que a procura de um consenso é essencial e que está aberto a sugestões de todas as forças políticas e estamos certos que esse é, dadas as condições que enfrentamos, o melhor caminho para que Portugal possa cumprir rapidamente as suas obrigações”, disse.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, tinha anunciado um novo conjunto de medidas, que inclui a rescisão amigável com 30 mil funcionários públicos, o aumento da idade da reforma sem penalização para os 66 anos e uma contribuição adicional para os reformados.

Questionado sobre o impacto de mais uma taxa sobre as reformas, Miguel Frasquilho escusou-se a comentar, afirmando que “nem sequer” se sabe ainda em concreto de que

taxa se trata.

O deputado defendeu que as medidas hoje anunciadas são as necessárias para que “Portugal possa cumprir as metas a que se encontra obrigado desde maio de 2011”. - Lusa

Um Serviço Nacional de Saúde universal, moderno, sustentável e participado



O Parlamento debateu, dia 3 de Maio, dois projectos de resolução que defendem a manutenção da gestão pública dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde cujos edifícios pertencem às misericórdias. Em nome da bancada social-democrata, João Prata começou por referir que “para o PSD as melhores soluções são encontradas no dinamismo da sociedade, no acerto com o tempo em que se vive, precisando a satisfação das necessidades dos cidadãos e racionalizando tanto quanto possível os recursos de modo a corresponder às mais diversas necessidades de uma comunidade”.

Face a postura dos partidos da esquerda, o deputado enfatizou que o “PSD não é um partido situacionista nem imobilista. Por isso, preferimos, ao comodismo das certezas mais do que duvidosas, o incómodo do debate e da própria crítica interna que, por exemplo, este tema concita. Por fim, o PSD acredita na sociedade civil, acredita nas organizações que desde sempre souberam desenvolver a sua intervenção em múltiplas áreas da vida da nossa comunidade. Os governos, os Estados e os cidadãos têm tudo a ganhar se houver a serenidade de encontrar entidades interessadas em partilhar com as comunidades e com os governos a prestação de certos serviços”.

De seguida, João Prata lembrou aos deputados da oposição que, nos últimos anos, aprendemos que os recursos não são infinitos mas a capacidade de os gerir, sim, pode ser infinita pois os modelos de gestão de múltiplos serviços podem e devem ser ajustados. “E aquele ajustamento está balizado pela intenção do governo ao reafirmar que qualquer transferência que possa vir a acontecer, e nenhuma decisão foi até ao momento efectivamente tomada, sê-lo-á sempre no respeito da situação contratual dos colaboradores actualmente afectos, na garantia da prestação dos cuidados de saúde e, mais importante ainda, em articulação com as demais entidades do Serviço Nacional de Saúde”.

Assim, alertou João Prata, nesta matéria como noutras, “não pode o PSD deixar de testemunhar a sua confiança no propósito governamental de assegurar um Serviço Nacional de Saúde universal, moderno, sustentável e participado. Este tempo reclama soluções e decisões fundamentadas e não apenas um fechar de portas como nos parece evidenciar a intenção destes dois projectos de resolução”.

Os partidos da oposição desrespeitam os sacrifícios feitos pelos portugueses

No fim do debate do projecto de resolução por uma política alternativa que resgate o país do declínio económico e social, apresentado pelo PCP, o deputado Duarte Pacheco fez o balanço das alternativas apresentadas pelos partidos da oposição. Segundo Duarte Pacheco, a realidade é muito simples: “para fazer face à situação de pré-bancarrota com que o país estava confrontado em 2011, Portugal assumiu um conjunto de compromissos internacionais que garantiu o financiamento ao Estado e à economia portuguesa. Foi graças a esse financiamento que tem sido possível sobreviver e fazer face aos compromissos internos e externos”. Recordando que este programa levou à imposição de sacrifícios muito elevados, que foram exigidas alterações profundas na nossa maneira de estar e que provocou sacrifícios muito elevados aos portugueses, o parlamentar fez o contraponto com as alternativas dos outros partidos.

Por parte do BE e do PCP, a alternativa passa por “não pagar”, esquecendo estes partidos que sem financiamento a economia e o país paralisavam. Já por parte do PS, Duarte Pacheco considera que temos uma “incoerência e irresponsabilidade”. “Por um lado dizem que respeitam os compromissos assumidos, mas substituem a frase «não pagamos» pela «pagamos como nos apetecer». Nem uma nem outra são dignas de olhar para os desafios com que o país está confrontado. Mas, sobretudo, estas duas alternativas são um desrespeito pelos resultados já obtidos e pelos sacrifícios que os portugueses fizeram”. Em contraponto, finalizou Duarte Pacheco, as bancadas do PSD e do CDS não desistem de construir um país diferente.



PSD-Açores aprova candidaturas autárquicas

A Comissão Política Regional do PSD/Açores, na sequência da preparação das próximas eleições autárquicas, aprovou 18 candidaturas às câmaras municipais regionais: A pedido da Comissão Política Concelhia da Povoação, e ao qual a Comissão Política Regional anuiu, a candidatura autárquica do Partido a este concelho será anunciada posteriormente.

No seguimento das orientações da Moção de Estratégia aprovada no Congresso de Janeiro, as estruturas locais do Partido tem em ponderação candidaturas em coligação para apresentação à Comissão Política Regional. Por ora já foram aprovadas as candidaturas em coligação com o CDS/PP nos municípios de Angra do Heroísmo e Santa Cruz das Flores.

Para o Presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, as candidaturas autárquicas do Partido constituem “não só um sinal da vitalidade do Partido, mas também o interesse do PSD/Açores em trabalhar para ajudar as açorianas e os açorianos a enfrentar a maior crise financeira, económica e social da Autonomia”.

“O PSD/Açores apresenta nestas eleições autárquicas pessoas com provas dadas na defesa dos interesses do seu concelho. Pessoas que querem trabalhar com as pessoas e para as pessoas”.

“O PSD/Açores sempre foi um partido com uma forte ligação ao poder local e queremos reforçar cada vez mais essa ligação”, garantindo que o Partido “está muito determinado nestas eleições autárquicas”.

“As eleições autárquicas não são eleições contra o governo regional ou contra o governo da República, são eleições para escolher quem melhor pode implementar estratégias de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O PSD/Açores estará à altura desse desafio e está pronto para apresentar as melhores soluções aos açorianos”.

Candidaturas aprovadas pela CPR do PSD-Açores

Corvo – José Manuel Nunes, 49 anos, funcionário da Lotaçor
 Santa Cruz das Flores – William Braga, 32 anos, Empresário
 Lajes das Flores – Alice Ramos, 35 anos, Engenheira Zootécnica
 Horta – Luís Garcia, 42 anos, Engenheiro Zootécnico
 Madalena – José António Soares, 50 anos, Técnico Comercial
 S. Roque do Pico – Luís Filipe Silva, 49 anos, Técnico Agro-florestal
 Lajes do Pico – Cláudio Lopes, 49 anos, Engenheiro Agrónomo
 Velas – Paulo Silveira, 45 anos, Fiscal Municipal
 Calheta – Aires Reis, 47 anos, Escriturário
 Santa Cruz da Graciosa – João Cunha, 57 anos, Topógrafo
 Angra do Heroísmo – António Ventura, 45 anos, Engenheiro Zootécnico
 Praia da Vitória – Judite Parreira, Professora Primária
 Ponta Delgada – José Manuel Bolieiro, 48 anos, Advogado
 Lagoa – Gaspar Costa, 40 anos, Empresário
 Vila Franca do Campo – Rui Melo, 54 anos, Consultor Comercial
 Ribeira Grande – Alexandre Gaudêncio, 30 anos, Economista
 Nordeste – Rogério Frias, 51 anos, Funcionário Público
 Vila do Porto – Carlos Rodrigues, 58 anos, Empresário



PSD condena governo regional por deixar Graciosa sem serviços mínimos



O PSD/Graciosa condenou a “total passividade” do governo regional em relação ao incumprimento dos serviços mínimos estipulados pelo tribunal arbitral para a recente greve da SATA, referindo que a ilha chegou a ficar sem ligações aéreas ao exterior.

“O PSD/Graciosa não pode deixar de manifestar a sua indignação, em defesa dos interesses dos graciosenses, e a sua perplexidade pela total passividade do governo regional no cumprimento pela SATA das determinações do tribunal arbitral, e igualmente pela inércia da câmara municipal que também não foi capaz de ter qualquer palavra na defesa da ilha Graciosa que, mais uma vez, se vê prejudicada pelo desinteresse de quem a governa”, afirmou, em comunicado, a Comissão Política de ilha do PSD de Santa Maria, dia 5 de Maio.

Os sociais-democratas graciosenses salientam que esta situação suscitou a “perplexidade de muitos graciosenses”, lembrando a “falta de cumprimento da existência de um toque por dia em cada uma das ilhas dos Açores conforme ficou deliberado no acórdão daquele tribunal relativo à greve dos dias 23, 24, e 25 de Abril e 2, 3, e 4 de Maio”.

“Foi com acentuada estupefacção que assistimos à programação de voos para os dias de greve em que não existe qualquer ligação para a ilha Graciosa no dia 3 de Maio, não sendo compreensível que se estabeleça que devem existir serviços mínimos diários e os mesmos não se verifiquem na programação efectuada. Por outro lado, também não se realizou qualquer voo para a ilha Graciosa no dia 1 de Maio, situação de todo incompreensível”, referiu a Comissão Política de ilha do PSD/Graciosa.



Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 397 • 3 de Março de 1982 • Preço 15\$00

Ministro Vítor Crespo ao «P.L.»

PREPARAM-SE AS ACÇÕES QUE DARÃO AO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS AS CARACTERÍSTICAS EUROPEIAS

A Educação é um dos temas mais em foco da vida portuguesa. E a adequação do sistema educativo português aos padrões europeus, em termos de eficácia e coerência, uma das grandes tarefas do presente. Nesse sentido, "Povo Livre" entrevistou o ministro da Educação e das Universidades, o social-democrata Victor Crespo, debatendo com ele os principais problemas do sector, bem como as realizações concretas já conseguidas nesse domínio pelo Governo.



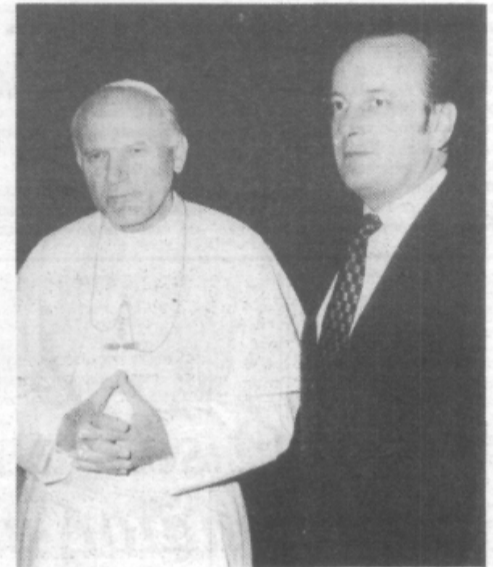
"P.L." — Como é que encara a quase sistemática oposição ao seu Ministério?

V.C. — Uma análise da imprensa e de outros meios de comunicação mostra-nos que os comentários ao Sistema Educativo são na sua maioria críticos donde poderia concluir-se que há uma quase sistemática oposição à acção do Ministério da Educação e das Universidades. Entendo, porém, que essa conclusão não corresponde à situação real que se vive no Sistema Educativo. Pode perguntar-se quais os fundamentos desta posição que contraria uma aparente evidência.

Em primeiro lugar teremos que nos debruçar sobre a forma como é entre nós encarada a actividade política e governativa. Parece não oferecer grande controvérsia se afirmarmos que vivemos ainda um estado de democracia não totalmente estabilizada. Há uma contínua e persistente atitude de

conquista de poder que conduz a manifestações hiper-críticas da actidade do Governo, muitas vezes alicerçadas no empolamento de situações pontuais, por vezes em factos aparentes ou meros desejos. Está na mente de muitos espíritos o princípio das eleições antecipadas ou de alterações governamentais fora do período normal que depende do resultado das eleições previstas. Como exemplo deste facto refiro-me a um caso concreto: um elemento da oposição fazia uma crítica a um certo aspecto do sector da educação de forma não fundamentada e particularmente incisiva. Chamado à atenção para a não justificação da sua crítica em face do enunciado do que havia sido feito, deu a seguinte resposta: Não sou técnico de educação, sou político de educação.

(Continua na pág. 3)



Balsemão recebido pelo Papa

Revestiu assinalável êxito a recente deslocação do Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, a Roma e a Haia na segunda etapa da "ofensiva europeia" visando acelerar o processo da integração portuguesa na CEE.

Pinto Balsemão disse ter encontrado, por parte dos governantes com quem se avistou, uma compreensão clara da justeza da posição portuguesa no que respeita ao calendário de negociação para a adesão, tendo salientado que no decurso da audiência de mais de meia-hora que lhe foi concedida pelo Papa, João Paulo II anunciou a aceitação dos convites que lhe tinham sido endereçados pelo Presidente da República e pela Nunciatura Apostólica para visitar Portugal.

PSD REJEITA PROJECTO PC SOBRE O ABORTO

A CPN do PSD reunida extraordinariamente no passado dia 24 para analisar o projecto de lei do PC sobre o aborto, manifesta a sua frontal oposição a esse projecto.

Conhecidas as tradições, modo de sentir e pensar dos portugueses, não pode o PSD, como partido genuinamente implantado no seu seio, deixar de reflectir a expressão da vontade maioritária do nosso povo.

A isto acresce a necessidade de denunciar a

estrita correlação existente entre a apresentação deste projecto por parte de um partido que, como o PCP, não respeita os direitos humanos, e a grave conjuntura política que aquele partido tem tentado provocar em Portugal.

Com efeito, a apresentação deste projecto fere a consciência católica da maioria dos portugueses, criando objectivamente mais um elemento de perturbação cívica.

O PSD denuncia esta

atitude e combatê-la-á na Assembleia da República através do voto de rejeição a esse projecto.

O PSD sempre defendeu a criação das condições necessárias para a correcta solução dos problemas de planeamento familiar e regulação da natalidade, em prol de uma vida humana digna e de uma sociedade mais justa.

Portugal, que foi o primeiro país a abolir a pena de morte, não vai agora negar o direito à vida.

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

A Comissão Política Nacional do PSD, reunida no passado dia 1 analisou a situação política nacional e debateu determinados aspectos da vida partidária, nomeadamente decorrentes das recentes eleições para a Distrital da Área Metropolitana de Lisboa.

Desse longo e produtivo debate resultaram esclarecimentos que permitiram ao vice-presidente, Nascimento Rodrigues, a quem a Comissão Política Nacional reitera por unanimidade a sua confiança, desistir do processo de inquérito, e ao vogal Pedro Santana Lopes, por solicitação também unânime da Comissão Política Nacional, retirar o pedido de demissão que apresentara.

8 de Março DIA INTERNACIONAL DA MULHER

"Povo Livre" publicará no próximo número colaboração especial referente a esta data.



O capital humano

Jaime Quesado (*)

Realizou-se mais uma edição da excelente Iniciativa das Conferências do Estoril e muitos dos presentes foram claros na mensagem que passaram – o grande factor chave na competitividade das economias e sociedades é cada vez mais a aposta no Capital Humano e na sua capacidade central de renovar a cadeia de valor e as redes globais dos negócios. Precisamos por isso em Portugal de uma Agenda Estratégica para os Talentos, centrada na mobilização de um espírito colectivo que dê às prioridades da economia portuguesa um contexto de estabilidade estratégica com uma participação social equilibrada e justa. O Capital Humano deve ser assim a chave de uma agenda de modernidade para Portugal.

O objectivo de consolidação da Sociedade do Conhecimento em Portugal não se pode fazer por mero decreto e face à dimensão estratégica assumida pelos objectivos da sustentabilidade torna-se fundamental que o Estado, as Universidades e os “players empresariais” firmem um verdadeiro “pacto estratégico” sobre as parcerias a desenvolver para a implementação de plataformas em que os cidadãos se revelem nesta nova lógica participativa que cada vez mais é o novo desafio que aí está. É aqui que entram os talentos. A renovação do modelo competitivo nacional passa muito por esta nova intermediação estratégica muito virada para a criação de valor e integração do país em redes globais altamente dinâmicas.

A participação empreendedora da Sociedade Civil neste amplo movimento de reflexão estratégica sobre as novas temáticas para o futuro do país fecha o circuito. São boas as notícias que nos chegam quanto à oportunidade de afirmação crescente que novas organizações como a Cotec continuam a ter no mundo empresarial. Também aqui a actualidade estratégica da temática competitiva veio ao de cima, corporizada na discussão profunda sobre as questões suscitadas pela opção dos diferentes caminhos a seguir. Trata-se duma matéria polémica e a sua abordagem torna-se fundamental para sustentar opções que se venham a fazer daqui para a frente.

A construção duma Sociedade da Inovação e Criatividade é um desafio complexo e transversal a todos os actores e exige um capital de compromisso colaborativo entre todos. Em 2013 Portugal é já claramente um país da linha da frente em matéria de infra-estruturas de última geração, essenciais na perspectiva estratégica de aposta num novo modelo de Economia Sustentável, centrada na Inovação e Criatividade. Implica por isso saber dar resposta às solicitações das várias frentes e acima de tudo tomar de forma consciente opções sobre qual as melhores soluções a adoptar para o futuro. Mais do que nunca, O Capital Humano deve ser a grande aposta da Sociedade Portuguesa, assente numa parceria de confiança entre todas as partes.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Disparates plausíveis

João César das Neves (*)

Numa crise económica seria de esperar um uso intenso de ciência económica. Foi o esquecimento dos seus princípios que nos trouxe à situação e só ela nos ajudará a sair dela. Até os que acham que a crise advém dos erros da teoria não têm nada melhor para pôr no seu lugar. Mas a economia tem princípios simples, mas difíceis de usar, como mostram as discussões populares.

A nossa doença é clara, mas, obcecados com as dores da medicação, quase ninguém a refere. A esmagadora maioria dos disparates actuais advém de não se lidar com a questão, resolvendo um problema que não temos. Omitindo a dureza da situação, tudo fica desfocado e confuso.

Portugal tem uma das dívidas externas mais elevadas do Mundo. A história mostra que nunca se saiu de situações semelhantes sem fortíssima queda do consumo e redução do nível de vida. Gritar contra os sacrifícios ou, pior, fingir que seriam evitáveis, pode ser compreensível, mas é tolice ou, pior, flagrante desonestidade. Por dolorosa que seja a quimioterapia, perante um cancro não há alternativa.

O nosso mal agrava-se porque, como a dívida foi acumulada ao longo de décadas, a estrutura económica ficou distorcida, adaptando-se a níveis de despesa insustentáveis. Isso significa que muitos empregos e capitais estão em actividades condenadas. Assim, além da perda conjuntural de empresas, devida ao aperto da austeridade, sofremos a eliminação definitiva de ocupações fictícias, que a dívida alimentou. Em cima das radiações, há que fazer dolorosa fisioterapia.

Logo, os que se indignam com a famigerada austeridade só podem ignorar a realidade da situação. Os caminhos fáceis que recomendam, gerariam mais, não menos, sofrimento. Repudiar ou renegociar a dívida, sair do euro, rejeitar a troika são vias para o isolamento e alienação dos mercados, que nos afastariam de vez da estabilidade e desenvolvimento. O Governo tem errado muito, mas a oposição mente com todos os dentes. E sabe quem mente.

Portugal está numa situação económica muito exigente e delicada, que implicará tratamento difícil e demorado. Se o cumprir, sairá mais forte e resistente. As experiências da Alemanha ou da América Latina, a quem a austeridade do início do século permitiu resistir com sucesso à crise seguinte, mostram bem como os sacrifícios valem a pena. Se os rejeitarmos, esperam-nos décadas de estagnação, como na Grécia actual ou em Portugal há cem anos.

A conclusão indiscutível é não existir outro caminho senão aperto e reforma. Só não sabemos a rapidez e a eficácia com que será seguido. Uma sociedade flexível e diligente consegue resultados mais rápidos. Neste campo, Portugal é um exemplo internacional. Apesar dos protestos compreensíveis, muitos portugueses têm resistido aos cantos de sereia da facilidade, mudando de vida enquanto suportam os brutais correctivos. Nesta vasta crise europeia, o País destaca-se pela positiva.

Se o quadro geral é simples, as miríades de opções diárias que o definem são complexas. Aí é fundamental um outro princípio económico, que a generalidade das análises mediáticas omite. A Economia lida com escolhas, comparando custos e benefícios, maximizando o ganho líquido. Esta é a sua abordagem lógica e pragmática, com resultados provados, mas, como todas, com limites.

A economia funciona mal no absoluto, pois face à transcendência não há escolhas. Ora um dos truques mais usados pelos que não querem mudar de vida é fingir que a questão em debate é metafísica. Por isso, boa parte das argumentações actuais parecem religiosas, invocando valores imperiosos, taxativos, que apenas admitem a solução inelutável que o argente preconiza. Assim não há escolha e a discussão cessa.

Portugal sairá da crise, mas apenas se usar a economia. Esta é uma ciência estranha, com princípios elementares de aplicação complexa. A consequência é uma enorme quantidade de ideias falsas mesmo parecidas com a verdade. É muito fácil usar argumentos aparentemente sólidos para dizer grandes asneiras. Hoje, esses disparates plausíveis dominam as discussões.

(*) Professor universitário, naohalmocosgratis@ucp.pt ©DN



Um discurso de crise

Vasco Graça Moura (*)

O alarido gerado na oposição pelo discurso do Presidente da República no 25 de Abril nem é novo, nem surpreende ninguém. É típico da esquerda não aceitar as regras do jogo. Se está em minoria e tal facto tem, no plano parlamentar, a derrota nas votações como consequência normal, trata-se de passar a outro plano de ataque, sem olhar a meios. As coisas começam na comunicação social e da acidez das adjectivações, depois prolongam-se nos apelos à insubordinação e culminam no insulto puro e simples. É uma espécie de válvula de escape que a democracia prevê. Convenhamos em que daí não vem grande mal ao mundo, nem perturbação especial ao normal andamento das coisas.

Surpreende mais que o Partido Socialista, que não se inscreve propriamente nessas paragens e, descontada alguma verborreia de matriz, se pode caracterizar como um partido ideologicamente moderado e com apreciável radicação nas massas, agora pareça propenso a resvalar para tiques semelhantes. Que esta ou aquela alma mais inflamada, volta e meia, descambe no palavreado, ainda vá que não vá. Que esta ou aquela criatura, em transe de exaltação, não consiga evitar algum rictus acanhado que não respeita instituições nem pessoas, são coisas que podem acontecer e qualificam logo quem quer que as assuma. Mas que o Partido Socialista, respeitável instituição do nosso sistema político-partidário, deixe que fiquem agarrados a si bocados dessa imagem negativa é muito para deplorar, em especial numa conjuntura em que seria de esperar a adopção de outro comportamento.

E todavia foi essa a marca mais saliente das reacções ao discurso do Presidente da República, ficando no ar antes de mais a ideia de que o PS quer disputar já eleições e não parece muito disposto a fazer qualquer outro esforço para encontrar uma solução de interesse nacional.

As censuras ao Presidente não partiram apenas do quadrante socialista. Mas, viessem de onde viessem, essas censuras visavam o quê? Impedir o PR de analisar a situação e sustentar que não deveria avaliá-la como entendesse? Bloquear qualquer eventual coincidência entre a posição presidencial e posições governamentais, o que nem sequer se afigura absolutamente líquido?

Seria então preciso que se especificasse onde é que está determinado que o Presidente da República, que deve pronunciar-se sobre todas as emergências graves da vida nacional, é o único cidadão português que não pode exprimir-se nem decidir segundo os seus próprios critérios, no quadro das suas próprias competências. Ou que se justificasse a bizarria que consistiria em o Presidente não agir de acordo com o que pensa. Isto é, só reduzindo a figura do PR à de uma espécie de “irresponsável institucional” é que, pelos vistos, se geraria um apreciação positiva e unânime das suas palavras...

Não parece que o PS discorde da análise a que o Presidente procedeu da situação em que Portugal e a Europa se encontram. Nem da extensão e da gravidade extraordinárias dos problemas que nos afligem, ou da intolerável “fadiga de austeridade” a que ele também se referiu sem escamotear quaisquer aspectos relevantes. Nem que discorde de que, nalguns aspectos, se chegou a resultados positivos quanto à recuperação da credibilidade externa do país, ou da necessidade imperiosa e urgente de relançamento da economia. Nem mesmo que questione o futuro que poderá desenhar-se nas instâncias europeias, se não tivermos outro remédio que não seja o de aguentá-lo.

Tudo bem espremido, o que parece é que, ao contrário do Presidente, há no Partido Socialista quem preferisse juntar uma grave crise política à grave crise económica e social que atravessamos, só para provocar a realização de eleições legislativas. Diz-se, por outro lado, que por ali também houve posições mais nuancées.

Com toda a clareza, o Presidente explica o que pensa e mostra como exerce os seus poderes. Não é infalível e também não está livre de cometer erros de apreciação. Mas, tal como as outras forças políticas, o PS tem de respeitar a posição do Presidente e o País só lucraria em que, da parte dos socialistas, houvesse um sério propósito de colaboração em relação a objectivos que todos reconhecem como essenciais.

(*) Escritor ©DN



O sonho de Soares

Paulo Pinto Mascarenhas (*)

Hipócrita, por natureza, o país do politicamente correto atacou com violência o Presidente da República por este ter dito a verdade no discurso do 25 de Abril. Ouvi quem comentasse que Cavaco Silva até podia pensar daquele modo mas não o devia dizer em público.

No país do politicamente correto, que diaboliza o actual Governo mas defende que se esqueça o desgraçado passado recente, quando não o glorifica, o Chefe do Estado é culpado de afirmar que a situação nacional só irá piorar se somar às outras crises uma crise política e a austeridade é inevitável sejam quais forem os resultados de eleições.

Imaginemos que o sonho de Mário Soares – e do país politicamente correto – se concretizava e que o Governo tinha caído ontem. Imaginemos que uma declaração muito dura de Paulo Portas contra Vítor Gaspar quebrava a corda.

Passos Coelho respondia à letra e seguia-se o teatro habitual das rupturas. Cavaco chamava os partidos com representação parlamentar antes de se ver obrigado a marcar eleições.

Imaginemos então que as legislativas antecipadas eram a única saída, com o circo das campanhas, os ratings da dívida pública portuguesa a descerem, [os juros a crescerem, Nª Reº], Portugal outra vez abaixo de lixo.

O líder do PS, António José Seguro, ganhava nas urnas, mas longe da maioria absoluta. Necessitado de acordos, formava a custo um governo do PS, talvez com o CDS no Executivo – ou só a apoiá-lo no Parlamento. Ou ainda, quem sabe, com um PSD com novo líder, Rui Rio a vir do Porto para a São Caetano, “salvador” laranja.

Em qualquer dos casos, assistíamos à ‘italianização’ da política nacional, Portugal a ser cada vez mais a Grécia.

Alguém acredita que um governo de Seguro iria mudar as atuais políticas de austeridade? Poderia ser muito diferente a estratégia orçamental, com a parafernália anexa de impostos e taxas, sangue, suor e cortes? Lembrem-se de Hollande? – (*) Jornalista ©CM

Cavaco Silva limitou-se a dizer a verdade dos factos na sua intervenção do 25 de Abril. Eleições antecipadas ou qualquer outra crise política não vão mudar coisíssima nenhuma. A não ser piorar a situação de Portugal e dos portugueses, com a inevitabilidade de um segundo resgate e a entrada definitiva na espiral de recessão.

(*) Jornalista ©CM



O que o povo quer

Alberto Gonçalves (*)

António Costa irrompeu no congresso socialista para afirmar que os portugueses olham o PS com ansiedade. Concordo inteiramente, e se não conheço a opinião de todos os meus compatriotas, contemplo a convicção do PS de que o poder não lhe fugirá e sinto vontade imediata de me estrear no psicanalista. Enquanto a consulta não chega, estendo-me no sofá e desabafo com os meus botões: será possível que em dois anos o País esquecesse o que o PS fez ao País? Os botões não respondem: decerto também estão ansiosos. No sentido de aflitos.

Por muito baixa que seja a bitola pela qual os portugueses medem a qualidade dos sucessivos governos e por muito alta que seja a tradicional amnésia colectiva, a situação não é normal. Um atropelado não convida o condutor alcoolizado a voltar ao local do sinistro para repetirem a brincadeira. Já uma razoável - e inacreditável - quantidade de eleitores não só pede a repetição do atropelamento como parece desejar que o carro duplique a velocidade. Pelo menos a julgar pelas sondagens. E a julgar por António José Seguro.

O dr. Seguro, cuja hipotética subida a primeiro-ministro lhe valeu uma respeitabilidade súbita nas hostes do seu partido, saltou meia dúzia de etapas e desatou a exigir maioria absoluta. Alguém devia explicar ao dr. Seguro que, tecnicamente, ainda não estamos em campanha, não há "legislativas" marcadas e o Governo nem sequer caiu. Porém, não existe no PS uma única alminha com serenidade suficiente para tal. Perante a mera hipótese do regresso ao poder, aquela gente perdeu os vestígios de sensatez que se calhar nunca teve e saliva por retomar o trabalho que deixou inacabado.

No congresso, o secretário-geral não escondeu as expectativas: emprego, emprego, emprego, dito assim por três vezes, tantas quantas as que Pedro negou Cristo. Ao contrário do Apóstolo, porém, o dr. Seguro não promete arrependimento, promete insistir na exacta receita que nos lançou na dependência da caridade (a juros) do exterior. Mal consiga mandar em nós, o dr. Seguro fará por criar, distribuir, organizar, incentivar, dar, apoiar, fomentar e estimular tudo o que lhe passar pela preciosa cabeça.

O que a cabeça não admite é um relefacto, aliás provocado por generosidade idêntica a cargo do antecessor do dr. Seguro no PS: não há dinheiro. Onde, bazófilas à parte, o sustento desta falência a que chamamos País depende da troika, cujo patrocínio está cada vez mais vinculado à implementação de reformas ditas estruturais e necessariamente dolorosas. Ou o dr. Seguro abdica de espalhar felicidade e desata a espalhar sofrimento ou aprende a fingir reformismo junto dos credores externos para praticar a imobilidade junto dos eleitores internos. /:::/

Pleno desemprego

Primeiro de Maio. À porta de supermercados em funcionamento, pequenas manifestações da CGTP contestam a obrigação de alguns trabalhadores trabalharem no dia que lhes é dedicado. A ideia percebia-se melhor caso a CGTP não contestasse também o trabalho em, digamos, qualquer outro dia do ano. Se não é o 1.º de Maio são os outros feriados, se não são os feriados é o domingo, se não é o domingo são os dias úteis que a CGTP deseja tornar inúteis por força de greves, etc. Nas palavras do grande Arménio Carlos, todos os dias são dias de luta. Donde se deduz que nenhum é, ou devia ser, dia de trabalho. No fundo, com um altruísmo raro nos tempos que correm, os sindicalistas apenas aspiram para quem trabalha o ócio de que eles próprios usufruem. E se criticam os números do desemprego, é por estes lhes parecerem baixos: quando, graças à sua inestimável ajuda, os números chegarem a valores aceitáveis, a CGTP avisa. Ou pré-avisa.

(*) Cronista © DN



A Esquerda é que é neoliberal

Henrique Raposo (*)

Neoliberal, é esta a palavra que a esquerdinha passeia pela rua como uma cadelinha amestrada. E a cadelinha morde em tudo, explica tudo. Sim, esta Lassie ideológica morde uma coisa e o seu contrário. Os seus donos gritam 'neoliberal' e, pronto, já não precisam de pensar, já não precisam de argumentar, porque a cadelinha silencia os adversários com dentadinhas na jugular. Milhões de dentadas depois, ainda não sei se 'neoliberal' é substantivo ou adjectivo. Mas desconfio que seja adjectivo, não há substantivos no mundo da esquerda, só adjectivos bem regados com a presunção de superioridade moral. Ora, como qualquer adjectivo sem trela, 'neoliberal' é um termo vago e nevoento, mas acho que o seu significado está relacionado com a galáxia financeira que nos apascenta. Portanto, presumo que um sujeito 'neoliberal' é aquele que — por maldade ou deficiência mental — faz o jogo dos mercados financeiros, dos bancos, da usura que fuma charuto, dos especuladores que comem criancinhas. Se assim for, tenho más notícias para os donos da Lassie: a esquerdinha é que é 'neoliberal'.

Se acha que este capitalismo é pernicioso, a esquerda devia defender um afastamento de Portugal em relação aos mercados financeiros. Contudo, na hora H, o nosso progressismo, do BE ao PS, faz precisamente o contrário: defende a dependência do Estado e da sociedade em relação ao crédito obtido nas praças internacionais. Já ninguém se lembra do debate sobre o tecto constitucional da dívida? O PCP e BE recusaram em absoluto, e o PS recusou introduzir o texto na Constituição. A contradição salta à vista: de manhã, a esquerdinha critica o 'neoliberalismo', mas à tarde exige uma governação dependente do crédito obtido no 'neoliberalismo'.

A direita, o suposto covil dos 'neoliberais', é que defendeu o tecto constitucional. A direita, a suposta pátria dos lacaios do capital, é que procurou um caminho menos dependente do crédito capitalista. Afinal de contas, quem é que é 'neoliberal'?

Eu até percebo as críticas ao sistema financeiro. Também acho que este capitalismo (sem a âncora conservadora do padrão ouro) é pernicioso. É por isso que critico aquela torre financeira cheia de algoritmos e modelos a-históricos, a base da desregulação. É por isso que defendo uma governação austera, isto é, uma governação que não abuse da dívida. É por isso que defendo uma sociedade sem o vício do crédito. Se mantivessem relações cordiais com a coerência, as esquerdas defenderiam o mesmo. Porém, nestas santas cabeças, a coerência é tão rara como os substantivos. Criticam a desregulação, mas depois prometem um Estado social pantagruélico que depende do mar de dinheiro fácil gerado pela desregulação. Mantêm uma retórica anticapitalista, mas só sabem prometer medidas de crescimento que dependem do capitalismo internacional. E como se estas contradições não fossem suficientes, a esquerda tem sido a grande baluarte do consumismo. O consumo já não é alienação, é salvação. E a poupança é perdição. Não por acaso, os líderes socialistas do meu tempo, António Guterres e José Sócrates, encararam o crédito como um direito adquirido. Ou seja, a esquerda só sabe defender um modo de vida dependente dos mercados financeiros Quem é que é 'neoliberal'?

(*) Cronista do "Expresso"

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Barcelos para reunir, no próximo dia 25 de Maio de 2013, (Sábado), pelas 21h30, na Sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 226, 1º D, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Análise da situação política local e nacional.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2013 (quinta-feira), pelas 21h30 na Sede da Junta de Freguesia de Paranhos, sita na Rua Álvaro Castelões, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1.- Informações

2.- Análise da situação política



MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Murtosa, para reunir no próximo dia 8 de Junho de 2012, pelas 20h30, na sede concelhia do PSD Murtosa, sita na Avenida 29 de Outubro, 12 A Pardelhas 3870-206 Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Águeda da JSD.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Aveiro ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede Concelhia PSD Murtosa, na morada supra citada até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Bragança, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2013, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Praça da Sé, nº 16, em Bragança, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas devem ser entregues, no mesmo local, ao Presidente da Mesa Regional ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.

CONVITE

Apresentação dos Candidatos do PSD Alcochete aos diversos Órgãos Autárquicos do Concelho

11 de Maio - 17 Horas

Biblioteca Municipal de Alcochete
Rua Professor Leite da Cunha

rosarioprates.alcochete2013@gmail.com

f rosarioprates2013



Alcochete tem Futuro

AUTÁRQUICAS
2013



Jantar de Apresentação das 16 Candidaturas Autárquicas do Distrito de Leiria, no dia 10 de maio de 2013, com a presença de vários dirigentes e de

JORGE MOREIRA DA SILVA

Quinta & Restaurante Aldeia de Santo Antão - Batalha
Santo Antão (IC 2/ EN 1, KM 115) - (Coordenadas GPS: N 39° 40.310' - W 8° 49.975')

Reservas: 961385573



CONVITE

Apresentação da Candidatura de Jaime Azedo à Câmara Municipal de Portalegre e de José Manuel Matos Rosa à Assembleia Municipal

A Secção de Portalegre do PSD tem a honra de o convidar a assistir à apresentação da candidatura do **Dr. Jaime Azedo** à Câmara Municipal de Portalegre e de **José Manuel Matos Rosa** à Assembleia Municipal.

A sessão de apresentação terá lugar no Auditório do Museu da Tapeçaria de Portalegre - Guy Fino, no dia 13 de Maio pelas 18 horas, com a participação do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.

Contamos com a sua presença!

Jaime Azedo